

EM TEMPO!

Publicação da tendência Democracia Socialista do PT

Agora, o governo

O desafio de mostrar à maioria do povo brasileiro que é preciso — é absolutamente necessário — e que chegou a hora da Frente Brasil Popular governar o país.

**Estratégia para
o socialismo**

A possível chegada da Frente Brasil Popular ao governo central nos coloca diante de um desafio novo e gigantesco.

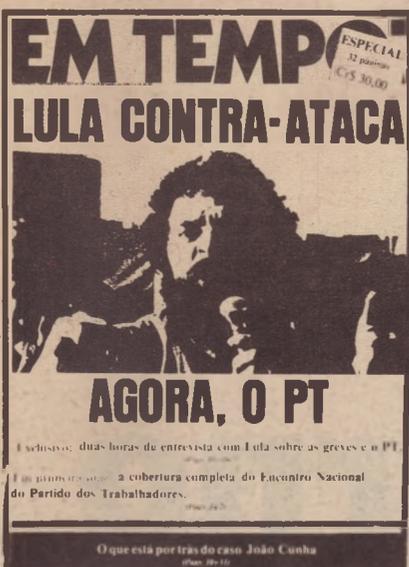
Nesta edição, lançamos alguns elementos exploratórios sobre a estratégia da construção do poder popular no país.



Detalhe da passeata da vitória em São Paulo: somos todos estrelas

O socialismo renasce no Leste

Um exame em profundidade do que está em jogo e da crise que abala o chamado "movimento comunista internacional"



Assine
EM TEMPO

Um jornal
que aposta
no sonho

Quero assinar o **EM TEMPO** e receber em meu endereço 12 jornais por um ano. Minha opção de pagamento é:

() Apoio: NCz\$ 150,00 () Normal: NCz\$ 80,00

Nome: _____
Endereço: _____
CEP _____ Cidade _____ Estado _____
Telefone _____

Recorte e envie juntamente com cheque nominal à Editora Aparte Ltda — Rua Artur de Azevedo, 556 — CEP 05404 — São Paulo.



Nova edição
revista e ampliada

Para receber, envie um
cheque nominal à
Editora Aparte Ltda.
no valor de NCz\$ 50,00

EM TEMPO:

Uma publicação da
tendência Democracia Socialista do PT

Conselho Editorial: Américo Bernardes, Carlos Henrique Árabe, Gerson de Almeida, Hugo Manso Jr., Islac Akcelrud, João Machado, Joaquim Soriano, Juarez Guimarães, Júlio Tavares, Otaviano Carvalho, Raul Pont, Régis Moraes, Ronaldo Barbosa, Sérgio Moura, Tatau Godinho, Tomás Matta Machado.

Jornalista Responsável: Américo Antunes. Reg. MTPS nº 2.769.

Diagramação: Adelaide Jóia

EM TEMPO: é uma publicação da Editora Aparte Ltda.
Rua Arthur de Azevedo, 566, Pinheiros — São Paulo.
CEP 05404. Fone: 853-8880 CGC nº 46.093.001-10.

Sucursais: Belo Horizonte: Rua Guajajaras, 329, sala 12, CEP 30.180. Fone: 226-0646. Porto Alegre: Rua Fernandes Vieira, 618, loja 4. Bonfim: CEP 90.210. Fone: 27-4642. Rio de Janeiro: Rua Senador Dantas, 117, sala 1.414. CEP 20.031.

Editorial

Agora, o

Temos de ser capazes de demonstrar para a maioria da população que a Frente Brasil Popular mais do que uma possibilidade de governo é uma necessidade de governo.

A passagem da Frente Brasil Popular para o segundo turno é um fato de dimensões históricas. Ela sintetiza os ganhos políticos de todo um período de luta pela construção de um projeto político independente da classe trabalhadora. Ela condiciona o próximo período da luta de classes.

O PT e a Frente Brasil Popular se consolidaram como uma alternativa de governo do país. Este é agora um fato incontestável, uma posição conquistada: todas as classes sociais, independente do nível de consciência que atingiram, estão tendo de lidar e se posicionar diante desta realidade.

Esta afirmação do PT e seus aliados políticos na Frente Brasil Popular exerce uma pressão dissolvente e inibidora sobre o PSDB e PDT. Estas eram as duas alternativas partidárias de oposição burguesa ao governo Sarney que buscavam se construir como instrumentos de contenção do processo de radicalização da consciência das massas neste período de crise nacional.

A incapacidade destes partidos em passar para o segundo turno não é um mero acidente na história. Reflete a sua fragilidade como estruturas partidárias nacionais frente ao desenvolvimento já alcançado pelo PT.

A votação de Brizola foi extremamente concentrada: dos onze milhões de votos que conseguiu, cerca de oito milhões vieram do Rio Grande do Sul e do Rio de Janeiro. A votação maciça que conseguiu no Rio Grande do Sul (60,61%) e no Rio de Janeiro deve-se fundamentalmente às raízes da tradição populista e regional de sua candidatura. Por outro lado, a atração do carisma de Brizola nos setores sociais mais pauperizados e sem tradição de organização ficou bastante dificultada pela entrada de Collor nestes setores da população.

A votação conseguida por Covas, com uma certa distribuição nacional nos grandes centros urbanos, surpreendeu como resultado de uma ascensão rápida no final. Provavelmente a sua votação reflete a



Chibele Aragão / Fótom

O último comício na praça da Sé: o partido da cultura e da civilização

consciência intermediária de setores interessados na mudança mas que receiam uma radicalização do processo político. Covas foi derrotado por sua fraquíssima máquina partidária, por não ter conseguido se implantar com mais força no seio das classes dominantes, pelo muito atrasado impulso de sua campanha.

Estes partidos de perfil policlassista — isto é, apesar de burgueses com apelo importante nos setores populares — vêm-se agora pressionados até o limite em sua unidade para definir o voto no segundo turno. Essa divisão é quase certa para o PSDB.

Constituinte, fica evidente a aceleração do processo político que estamos vivendo. O Congresso atual fica com sua legitimidade bastante contestada e torna-se um monstro artificial, uma peça pré-histórica neste novos tempos.

Seja qual for o resultado do segundo turno, o quadro partidário burguês passará por profundos rearranjos. Isto é muito importante: as classes dominantes travarão a luta pela hegemonia política no próximo período sem contar com referências partidárias sólidas.

O anti-Lula

Ficou claro com a abertura

Todas as classes sociais, independente do seu nível de consciência atual, estão tendo de lidar e se posicionar diante deste fato inovador: o PT e a Frente Brasil Popular se consolidaram como alternativa de governo do país.

Crise agônica

A outra consequência política duradoura dos resultados do primeiro turno é a crise agônica da estrutura partidária da "Nova República". O PMDB, o PFL e o PTB — siglas sob as quais se abrigam a esmagadora maioria dos governadores, deputados federais e senadores — que já haviam sido severamente punidos nas eleições municipais de 1988, receberam agora um golpe exterminador.

Se comparamos a votação agora obtida por estes três partidos com a que obtiveram nas eleições para o Congresso

das urnas que Collor conseguiu inverter a tendência de queda nos últimos dias antes das eleições. Provavelmente este fato pode ser relacionado à manobra da polarização com Sarney e à "vitória" conseguida com a impugnação da candidatura Silvio Santos.

A votação dirigida a Collor não tem um caráter centrista: é um voto carismático e extremado. É um voto distribuído nacionalmente (Collor teve uma votação baixa apenas no Rio Grande do Sul e no Rio de Janeiro) e que demonstra um grau de fixação importante: sobreviveu a meses seguidos de ataques.

governo

Mas é preciso afirmar com clareza: Collor ainda é um fenômeno eleitoral mais do que uma alternativa de direção para as classes dominantes. Se não vence as eleições, acaba politicamente.

O apoio empresarial maciço e concentrado que está recebendo no segundo turno tem mais o sentido de um movimento contra Lula. O grande capital apoiaria até o "macaco tião" ou um bode velho em uma situação assim.

Collor construiu a sua força eleitoral através de um truque de imagem, de uma inversão de fotografia. É um candidato ideologicamente dissimulado. Apesar de candidato do grande capital, sua base eleitoral mais forte se refugia nos setores mais despossuídos da sociedade.

Em uma situação de tal ameaça aos interesses burgueses constituídos, Collor não está conseguindo unificar o mundo político burguês. Até para sobreviverem diante de suas bases eleitorais, setores expressivos do PMDB, o PDT e o PSDB tomam posicionamentos contrários à adesão a Collor.

Esse balanço da candidatura Collor não deve ser acompanhado de uma subestimação de sua força. É um adversário duríssimo de derrotar nas atuais circunstâncias. Temos uma grande batalha política pela frente.

Surpresas e destaques

A votação da Frente Brasil Popular foi uma surpresa nos extremos: a subestimação do fenômeno brizolista no sul (ver box); o crescimento no nordeste, muitas vezes além da estrutura partidária (ver box).

É um voto politizado que acompanha em grande medida a influência dos setores organizados do movimento operário e popular: as estruturas do PT e do PC do B, os sindicatos e oposições sindicais ligados à CUT e à corrente classista, as comunidades eclesiais de base, o movimento dos sem-terra.

Pode-se dizer que, no mínimo, as administrações das cidades governadas pelo PT não funcionaram como pontos de apoio para uma progressão eleitoral vigorosa. E, na maior parte das vezes, tiveram o efeito de deprimir o potencial de voto petista.

Consciência democrática

Os resultados do primeiro turno fornecem indicações preciosas para se analisar a evolução da consciência das amplas massas.

Foi amplamente confirmado um anseio político generalizado por mudanças, que rejeitou maciçamente as candidaturas identificadas com a ditadura (Maluf, Afif) ou com a "Nova República" (Ulysses, Aureliano).

Esta consciência democrática de massas pode ser assim interpretada em suas características gerais:

— tem uma dinâmica majo-

outro com tendências socialistas, sem ter passado por estádios intermediários (populista ou de perfil social-democratizante);

— é bastante heterogênea, refletindo inserções sociais bastante diversas, fortes diferenças de acesso à cultura, tradições políticas regionais distintas mas tende à nacionalização pelo caráter da disputa.

Dinâmica classista

É interessante observar de saída como a crise nacional inverte o sentido do segundo turno. É inimaginável que em uma situação de normalidade,

do maciço apoio empresarial que recebe, nem as suas manobras de reforço ao seu perfil anti-Sarney conseguirá eclipsar a dinâmica classista da disputa.

Esta dinâmica classista impulsiona a formação de uma frente única no movimento operário popular. Neste momento, em que as várias correntes políticas do movimento operário se integram ou apóiam a Frente Brasil Popular, fica assim requalificado o papel do movimento sindical e das entidades do movimento popular (ver matéria nas páginas 5 e 6).

A disputa ideológica ficará mais acesa. Inevitavelmente

com veemência que total deslocamento eleitoral só poderia ser conseguido se a Frente Brasil Popular moderasse o seu perfil e estabelecesse alianças partidárias com o PSDB e PDT.

A opção tomada pela direção do PT e da Frente Brasil Popular tomou um rumo exatamente contrário. As resoluções do VI Encontro Nacional mostraram toda a sua força neste momento de extrema tensão.

Tomamos a opção historicamente decisiva de manter no fundamental as bases do programa democrático e popular e subordinar a este programa a tática de alianças a ser aplicada. A tática de alianças definida segue no fundamental as linhas traçadas no VI Encontro Nacional. Trabalha para incorporar o PCB e o PV à Frente Brasil Popular. Estabelece negociações com o PDT, PSDB e setores do PMDB com o sentido de obter destes partidos um apoio tático de caráter eleitoral. (Cria um movimento aberto e de massas em prol da eleição de Lula, capaz de canalizar pela base a adesão de amplos setores populares que votaram no PDT ou no PSDB no primeiro turno.)

Estas decisões abrem o caminho para vitória no segundo turno. Pois, ao contrário do que afirmam os analistas políticos burgueses, em uma eleição tão polarizada, com uma dinâmica classista tão acentuada, uma ampliação eleitoral desta envergadura só pode ser conseguida por um deslocamento para a esquerda do nível médio de consciência das massas.

Este deslocamento para a esquerda só pode ser conseguido com a afirmação enérgica e didática do programa da Frente Brasil Popular.

Trata-se de exercer uma influência política concentrada sobre o nível atual da consciência democrática das massas com o objetivo de:

— desenvolver a capacidade de crítica das massas a uma figura carismática que manipula as suas aspirações de mudança, apresentando-se como o "salvador da pátria";

— aprofundar a consciência classista da maioria da população, ajudando-a a identificar com precisão os seus inimigos de classe;

— superar as resistências e receios dos setores com níveis intermediários de consciência,



Um rosto na multidão: "O poder de criar felicidade"

ritariamente carismática. Esta dinâmica, incentivada pelo regime presidencialista, incide até sobre a votação consagrada a Lula. Isto é normal já que apenas uma minoria da população tem experiência e referências de organização coletiva;

— tem um sentimento clas-

quando as forças orgânicas e políticas da burguesia atuam de forma coesa e ofensiva, uma candidatura de esquerda consiga obter mais de 50% dos votos. Na situação de crise, a disputa torna-se explosiva e de resultados bastante incertos. O favoritismo de Collor fica muito relativizado, como bem

seremos chamados a defender nossas convicções socialistas contra os ataques reacionários de todo tipo.

No entanto, devemos ter claro que o centro da disputa é político: disputa de governo, de propostas para a saída da crise. Temos de ser capazes de demonstrar para a maioria da população que a Frente Brasil Popular mais do que uma possibilidade de governo é uma necessidade de governo.

As alianças

Após ter conquistado menos de 1/5 dos votos, a Frente Brasil Popular viu-se diante do desafio de ampliar a sua base eleitoral para mais da metade dos votos no prazo de trinta dias. Qual o caminho para realizar esta tarefa política gigantesca?

A esmagadora maioria dos analistas políticos burgueses, trabalhando com o indicador do senso comum, argumentou

Neste momento de máxima tensão, as resoluções do VI Encontro estão demonstrando toda a sua força. As decisões tomadas sobre o perfil da campanha e das alianças no segundo turno descortinam o caminho para vencer Collor.

sista difuso, isto é dirige-se contra os ricos e poderosos mas ainda não identificou de forma precisa o seu campo de classe e os seus inimigos.

— está evoluindo aos saltos. Está sendo chamada a passar da experiência frente a um governo com características nitidamente conservadoras para

demonstram as primeiras pesquisas das tendências de voto no segundo turno.

Com a passagem de Collor e Lula, o caráter classista da disputa fica bem mais nítido: trabalhadores e setores populares contra o grande capital. Nem o apoio da CGT a Collor, nem o seu esforço de despistamento

a partir da capacidade de diálogo e hegemonia da Frente Brasil Popular;

— nacionalizar cada vez mais o posicionamento de voto, politizando-o, diminuindo o peso da intervenção dos fatores de caráter regional ou de tipo clientelístico.

Capacidade de governar

O mesmo argumento que repica no debate sobre as alianças surge com força redobrada quando se discute o projeto de governo da Frente Brasil Popular. Para ser capaz de governar, a Frente Brasil Popular teria que realistischamente diminuir o impacto de suas propostas e compor alianças amplas, de molde a fazer frente à sua situação extremamente minoritária no Congresso, à hostilidade dos grandes empresários e das Forças Armadas.

De novo, é exatamente o contrário o que devemos fazer. Um governo da Frente Brasil Popular estaria desde o primeiro dia de mandato submetido a uma dupla pressão: uma fortíssima hostilidade das classes dominantes e uma aspiração radical de mudanças das amplas massas.

O único caminho para ele sobreviver politicamente é transformar este anseio radical de mudanças das massas em força política e organizada contra as resistências oferecidas pelas várias instituições e setores das classes dominantes. Para fazer isso, o governo de Lula teria que tomar opções de governo emergenciais e duras, capazes de estabelecer des-

de o início uma sintonia com estas aspirações das massas.

Para ser capaz disso, o governo da Frente Brasil Popular precisa ter um centro político coerente e uma base de classes não contraditória. Não pode se diluir num espectro de alianças que dissolva o seu perfil democrático-popular; não pode incorporar setores do grande capital ou que o representem organicamente.

Disputa ideológica

Contestadas no terreno da política, as classes dominantes procurarão erguer trincheiras ideológicas para deter o avanço da Frente Brasil Popular. Farão uso de cada um dos preconceitos há décadas alimentados contra o socialismo. Apoiados na crise dos países do Leste Europeu, darão ênfase à idéia de que o PT caminha contra a história.

O PT tem hoje todas as condições de pôr abaixo estas trincheiras e demonstrar a superioridade da sua visão de mundo.

Os mitos e mecanismos de reprodução ideológica da burguesia estão hoje muito mais enfraquecidos do que estavam, por exemplo, no pré-64. O capitalismo ao não inserir no mercado dezenas de milhões de brasileiros não conseguiu de fato se implantar enquanto horizonte ideológico para as massas. As instituições estatais sofrem de um descrédito crônico, muitas vezes alimentado pela própria retórica dos partidos burgueses. O sindicalismo e a prática de greves penetrou profundamente na



Bandeiras a postos, corações disparados: começa a passeata da vitória

vida cotidiana dos assalariados do setor de serviços.

A Igreja tem sido majoritariamente crítica às injustiças e desumanidades da barbárie capitalista no Brasil e uma boa parte dela, através da Teologia da Libertação, participa ativamente da divulgação e elaboração de uma nova concepção de sociedade.

Mais importante ainda é a tradição antiburocrática do nosso movimento, o fato de que desde a origem o PT vem

formulando e desenvolvendo uma crítica à tradição estalinista. Estamos lado a lado com os trabalhadores russos, da Polônia, da Alemanha Oriental, da Tchecoslováquia, da China. Fazemos parte desta imensa vaga de mobilizações que quer construir o socialismo com democracia.

Será muito fácil demonstrar como a idéia da modernidade não passa de uma palavra vazia na boca de nossas classes dominantes que assentaram a

sua dominação na barbárie, na anticivilização, na negação da cultura.

Inserção na história

O fato de que um torneiro mecânico, um metalúrgico, esteja sendo hoje apontado nas pesquisas como majoritário nos grandes centros urbanos e nas camadas da sociedade com mais acesso à informação e à cultura tem mais do que uma dimensão simbólica.

Estamos vivendo um período de imenso despertar de energias, capacidades intelectuais e esperanças: os trabalhadores estão sendo chamados a exercer, como maioria e raiz da Nação, a sua vocação de classe dirigente e hegemônica.

Até agora vivemos este desafio do ponto de vista ideológico, como marxistas, e, no plano da política, com a emergência e crescimento do PT. A novidade da situação atual é que esta dimensão da nossa concepção de democracia deve se tornar cada vez mais um fato social. Deve mobilizar camadas de trabalhadores até então entregues a uma visão estreita e corporativa; deve atrair para a cena política milhões de trabalhadores esmagados e degradados pela opressão cotidiana.

“Gente é pra brilhar, não é pra morrer de fome”, cantou uma vez Caetano Veloso. Este é o segredo último da vertigem da estrela: reconstruir a nossa humanidade perdida em algum canto da história, avançar na construção do socialismo.

O efeito Brizola



O vendaval brizolista que agitou o Rio Grande do Sul no primeiro turno teve a força dos grandes fenômenos da natureza: o candidato do PDT fez quase 70% dos votos em Porto Alegre e 60% no estado.

Mas nunca é certo atribuir à natureza aquilo que é criação dos homens. Brizola encarna a fusão de duas vertentes políticas e culturais gaúchas: a tradição populista e a força do regionalismo.

O apelo popular de Brizola pressionou até o limite a votação na Frente Brasil Popular mesmo nos setores organizados do movimento sindical e popular.

O PT sofreu o maior recuo justamente em Porto Alegre: caiu dos 18% obtidos em 1986 e dos 34,34% em 1988 para 6,39% este ano. Já a votação no interior foi heterogênea, variando de

acordo com as regiões: no total os votos cresceram dos 282 mil obtidos em 1988 para 300 mil nas eleições presidenciais.

Os melhores resultados foram obtidos nas regiões do Alto Uruguai e nas Missões, em cidades com menos de vinte mil eleitores. É a região onde se concentra o trabalho do sindicalismo rural e do movimento dos sem terra. Em Ronda Alta, célebre por abrigar o acampamento dos sem terra, a Frente Brasil Popular obteve 37,30% dos votos.

Nas cidades com mais de setenta mil eleitores, o PT cresceu um pouco apenas em Pelotas e Passo Fundo. No Vale dos Sinos, região de concentração operária que engloba Canoas, Sapucaia, Esteio São Leopoldo e Novo Hamburgo, a Frente Brasil Popular recuou de 11,4 para 7,9%.

A força regionalista da candidatura de Brizola pôs a nocaute o PMDB e o PDS, que haviam obtido em 1988 entre 26 e 30% dos votos cada um. Maluf fez 5,7%, Ulysses 3,4% e Covas 4,5%.

Anti-Collor

Derrotado Brizola no primeiro turno, o vendaval se volta com fúria contra Collor. A reação popular espontânea à visita de Collor a Porto Alegre foi fortíssima. Na primeira pesquisa DataFolha realizada para o segundo turno, a Frente Brasil Popular saltou dos 7% para os 41%.

Passado o primeiro instante de perplexidade frente ao vendaval brizolista, a candidatura Lula tem agora um campo enorme de crescimento como o anti-Collor.



Américo Bernardes e Isaac Akcelrud

O movimento sindical e o segundo turno

O grande combate entre Lula e Collor divide o país em dois e unifica o campo operário e popular. Com entidades de frente única, os sindicatos estão agora chamados a se engajar de forma plena e aberta em favor do candidato dos trabalhadores.

que foi até ameaçado de morte para impedir que comparecesse ao ato; a grande concentração dos trabalhadores rurais com Lula, na Encruzilhada Natalino, no Rio Grande do Sul, comemorando os dez anos do Movimento Sem Terra.

2 — Foi eficiente na conquista de apoio e simpatia de boa parte e outros setores da população, como os pequenos e médios produtores e empresários urbanos e rurais; despertou o entusias-

Nessas condições, os sindicatos e a CUT, organizações de frente única por definição, por sua natureza e finalidade, não poderiam optar por esta ou aquela candidatura.

O eixo político estava na unidade em torno das reivindicações e na defesa de questões abrangentes como a dívida externa, a reforma agrária, a luta contra a entrega das estatais aos grandes capitalistas nacionais e estrangeiros. A CUT e os sindicatos a ela filiados, por-

tão a CUT e os sindicatos, é para garantir a **unidade no interior da classe trabalhadora**. Quando um projeto burguês, de continuísmo disso que aí está, se defronta com a proposta articulada dos trabalhadores em favor da esmagadora maioria, aquele mesmo compromisso sindical de unidade de esforços e vontade trabalha por uma definição clara e inequívoca pelo candidato operário.

Este novo nível de participação — de franca politização do embate de classe — destaca ainda mais nitidamente o movimento sindical dos partidos políticos. Nem os sindicatos nem a CUT têm lugar na Frente Brasil Popular. Sua intervenção pró-Lula não implica partidização alguma. A FBP inclui partidos como o PT, o PCdoB, o PSB, o PV, o PCB. Já definiram apoio o PDT, o PSDB e setores do PMDB, além de bases populares vinculadas à Igreja e que não pertencem a partido algum. Este amplo leque partidário invalida qualquer traço de partidização no engajamento sindical em prol da candidatura Lula. Evidentemente, trata-se de da formação dum campo classista, popular e progressista.

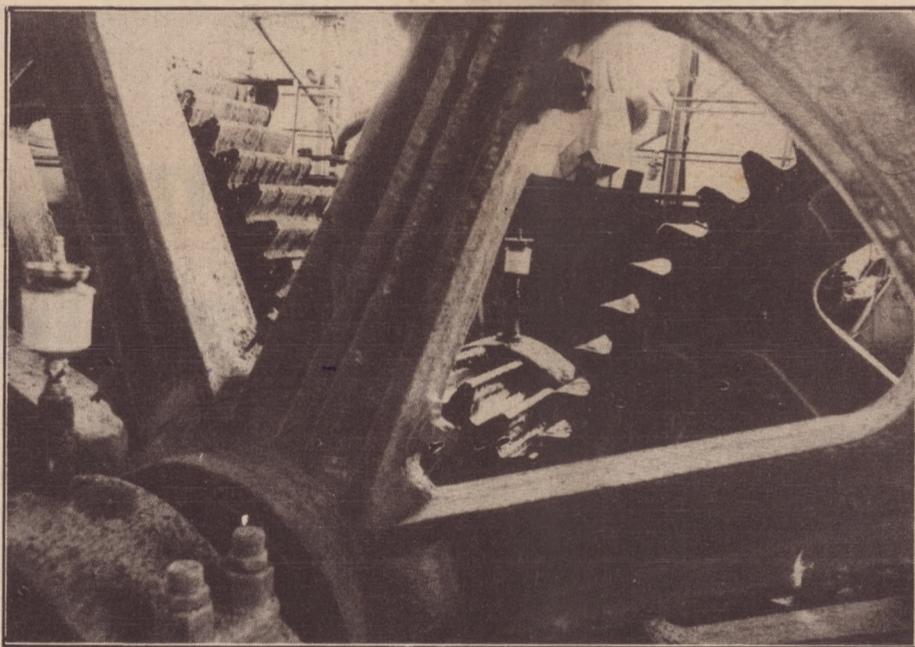
Esta argumentação é inteiramente válida também para todos os tipos de organizações populares e movimentos sociais.

Os próprios fatos estão confirmando a inevitabilidade desse confronto. As organizações dos capitalistas mais empedernidos apóiam Collor aberta e cnicamente. Mesmo quando aparentam censurar o burguesão Mario Amato, não é por divergência, mas para facilitar o disfarce do candidato dos ricos e dos patrões. Quando todos os recursos, poderes e influências dos capitalistas e latifundiários, de todos os cúmplices das multinacionais e do imperialismo se concentram e se canalizam na direção de Collor, não há defesa possível de qualquer neutralidade política do movimento sindical.

Também o sindicalismo de negócios está trabalhando pelo candidato da Fiesp, Collor de Mello, o que fazem de duas maneiras que devem ser denunciadas a todos os sindicatos, a começar pelos (ainda) filiados à CGT: 1) — o apoio aberto praticado por Magri e 2) — a falsa “neutralidade” despolitizante, pregada por Medeiros. É um jogo de cartas marcadas, são variantes da mesma política de subordinação dos sindicatos aos patrões.

Cidade e campo

Não é permissível subestimar os exemplos vivos que irrompem na cidade e no campo. Os trabalhadores rurais já se incluem, através de expressivos



Jesus Carlos

Seria um grave erro confundir a defesa da autonomia sindical em relação aos partidos e governos com a neutralidade política/em um momento tão decisivo.

De saída, convém verificar qual foi o peso e a significação da participação da classe trabalhadora nesta campanha eleitoral, para poder perceber com a necessária clareza e avaliar com um mínimo de segurança qual o papel que cabe aos sindicatos, em geral, e à CUT, muito particularmente, no decisivo embate do segundo turno.

Do ponto de vista da **quantidade**, somente a participação maciça dos trabalhadores poderia garantir a formação de um eleitorado beirando os 83 milhões de votantes. Esse número não poderia ser alcançado sem contar com os 55/60 milhões da população ativa, efetivo que empata com a soma dos que vivem do seu trabalho nas cidades e nos campos do nosso país.

No que se refere à **qualidade**, esta presença dos trabalhadores marcou o grande embate político de várias maneiras:

1 — Apesar da ainda grande dispersão de votos em várias legendas partidárias, os setores com mais experiência de luta e tradição de organização conseguiram um nível suficiente de concentração para elevar a candidatura Lula ao segundo turno. Exemplos expressivos foram as votações maciças no ABC paulista, no Vale do Aço, em Betim e Contagem, em Minas; em Volta Redonda no Rio de Janeiro; na região canavieira de Pernambuco.

Foram momentos marcantes da campanha a demonstração dos operários da Mafersa, em São Paulo, e o abraço dos petroleiros à Petrobrás, no Rio, ambas contra a privatização; a reinauguração do monumento aos mártires de Volta Redonda, com Lula

mo da juventude e conquistou grande parte da intelectualidade.

Ao guindar seu candidato ao segundo turno, a classe trabalhadora não só afirma sua presença política, enquanto força independente de classe, como também constrói uma liderança e capacidade de aglutinação de amplos setores. É nesse novo quadro que se encaixa, de agora em diante, a atuação dos sindicatos.

Novo quadro, nova tática

No primeiro turno, outras candidaturas, em competição e até em oposição ao candidato operário vitorioso, traziam mensagens e perspectivas que motivaram uma boa parte dos trabalhadores, seus aliados e afins políticos.

tanto, agiram corretamente ao destacar os interesses e aspirações dos trabalhadores, o que favorecia uma pressão sobre os candidatos com ressonância no campo popular e progressista.

No segundo turno, a característica dominante é outra e a tática muda. Agora, a divisão de preferências já não é mais no interior da classe trabalhadora. O confronto é entre um projeto do povo trabalhador e um plano da minoria traiçoeira e enganadora dos grandes capitalistas e latifundiários comprometidos com as multinacionais, os banqueiros credores e demais sangue-sugas imperialistas.

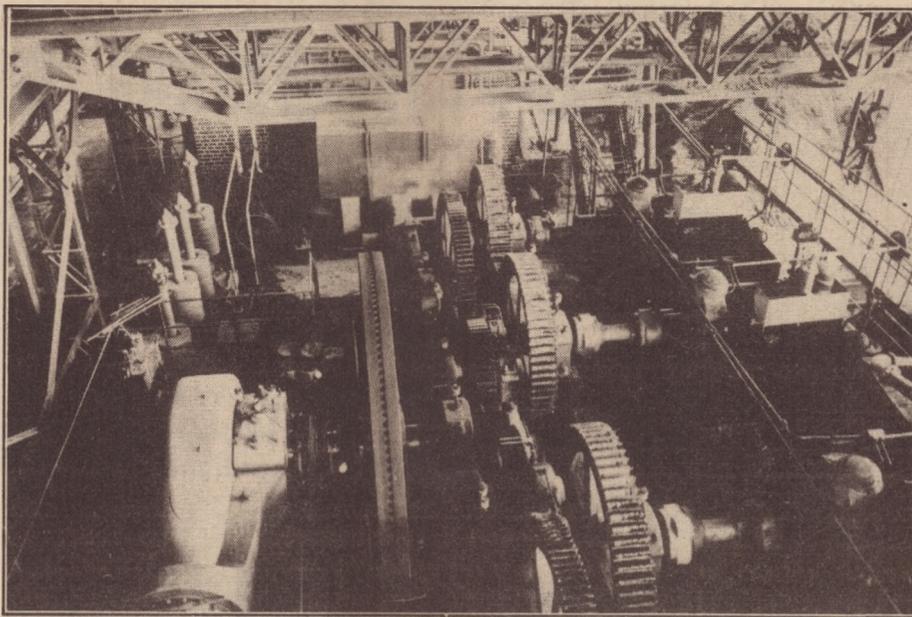
Partidos e sindicatos

A frente única, a serviço da qual es-

contingentes, na resistência às manipulações políticas das classes dominantes. Foi essa a clara posição assumida por mais de meio milhão de trabalhadores canavieiros no Nordeste.

Com a única exceção de Alagoas, todas as federações de trabalhadores agrícolas da região — Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco, Sergipe — decidiram apoiar Lula contra o candidato dos usineiros, Collor de Mello. Anote-se que essas FETAGs não pertencem à CUT, o que torna sua tomada de posição ainda mais significativa e exemplar. Idêntico engajamento político foi decidido pela FETAEMG, em Minas Gerais.

No mesmo rumo político vão importantes CUTs estaduais — Minas Gerais, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul e Paraná. É a região Centro-Sul, onde se encontra a maior parte do nosso proletariado industrial, que começa a se manifestar. Desenha-se claramente um alinhamento consciente entre trabalhadores rurais e urbanos, já nos princípios da batalha política do segundo turno. Isto é mais do que simples e episódica inclinação eleitoral, pois mostra que o sindicalismo combativo considera o projeto democrático-popu-



Jesus Carlos

A participação dos sindicatos na vida nacional, mantida a sua autonomia em relação aos partidos, responde a exigências crescentes da luta de classes.

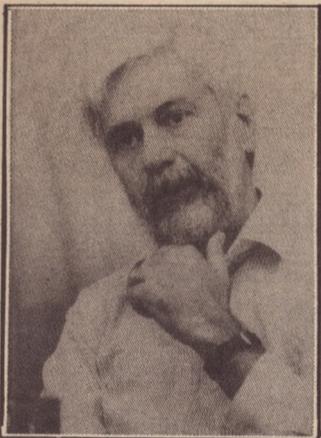
lar como a abertura de um espaço de luta e ação.

Esta é a maneira do movimento sindical levantar suas reivindicações e indicar que espécie de governo deseja. São interesses de classe, não uma aspiração ministerial qualquer. Isto é novo. Os trabalhadores brasileiros não estão à procura de tutores e caudilhos — reivindicam direitos.

Novo patamar

Estes desenvolvimentos em marcha identificam um novo e mais alto patamar de luta dos trabalhadores. É uma ultrapassagem e ruptura com estreiteza e o imediatismo das posições economicistas. De imediato, o posicionamento político da CUT pela candidatura Lula traz três vantagens determinantes:

- 1 — ajuda a desmascarar Collor como candidato patronal;
- 2 — alerta e mobiliza a classe trabalhadora contra as manobras do grande capital no rumo da hiperinflação;
- 3 — começa a preparar os trabalhadores para enfrentar qualquer situação, seja qual for o resultado do segundo turno.



Edmar Bacha

De como com o pensamento burguês/ilustrado reage com força à idéia de uma participação ativa dos sindicatos na vida política nacional.

Certos ataques ao PT e à FBP mal escondem o pânico do grande capital e seus ideólogos ante os avanços do movimento sindical independente. Um bom exemplo é o “parecer” do economista Edmar Bacha, posto em circulação no partido de Mário Covas, o PSDB. É uma investida contra os 13 pontos programáticos da Frente Brasil Popular, cujo grave “defeito” está em reconhecer e estimular a influência do movimento operário organizado na vida nacional. O homem traz de volta o fantasma da “república sindicalista” invocado pelos generais para implantar a ditadura militar em 1964.

O valente senhor Bacha está com medo de uma “sociedade em que os trabalhadores organizados sobrepõem-se ao aparato estatal e aos poderes constituídos”. Examinemos alguns exemplos

O velho mito da “República sindical”

tomados do próprio texto de Bacha:

1 — O sábio homem tem calafrios à simples idéia do reconhecimento do “direito dos trabalhadores participarem e controlarem a administração de fundos sociais e serviços como o FGTS e o Inamps”. Pois foi exatamente o Lula quem denunciou a roubaheira no FGTS, um dinheiro que pertence à classe trabalhadora. Não puderam abafar o escândalo.

Afinal e com a colaboração do PSDB, foi aprovado o substitutivo do deputado Antonio Britto, do PMDB, criando o Conselho Curador do FGTS composto de representantes dos trabalhadores, dos empresários e do governo. Eis que, com aprovação do partido a que está filiado o sr. Bacha, por acordo de lideranças no Congresso (o qual faz parte do “aparato do Estado” e dos “poderes constituídos”) estão os trabalhadores participando do controle e da administração do FGTS.

Ninguém duvida que os trabalhadores também chegarão ao controle do Inamps, pois é um direito irrecusável. O crítico dos 13 pontos está completamente fora da realidade política deste país. A esta altura já não é mais possível excluir os trabalhadores. Ou estará sugerindo o apoio a um veto do agonizante governo Sarney?

Comunicação

2 — Não é menos canhestra e infeliz a crítica à reivindicação da democratização do Estado. Acha horrível que “a política de comunicação social seja ela-

borada por um Conselho de Comunicação Social composto de trabalhadores da área e representantes das centrais sindicais”. Ora, essa questão entrou na ordem-do-dia ante o festival de doações de canais de rádio e TV para recrutar apoio aos “cinco anos para Sarney”. Suborno, corrupção, negociação política com os meios de comunicação social.

O que propõe o programa democrático-popular? Que o Conselho seja integrado por trabalhadores da área, isto é, jornalistas, radialistas, toda uma gama de especialistas e intelectuais, cujos talentos e capacidades estão aplicados no setor. Eles é que conhecem a questão por dentro, nos meandros, detalhes e nuances que podem passar despercebidos aos leigos. Por que estará o sr. Bacha contra jornalistas, radialistas e técnicos?

Além dos trabalhadores da área, a proposta inclui representantes das centrais sindicais. Não só a CUT, mas também a CGT do “collorido” Magri. Portanto, o protesto de Bacha não é apenas contra a CUT, mas contra a própria existência de centrais sindicais e sua participação na vida nacional.

Reforma agrária

3 — A crítica de Bacha contra a reforma agrária parece-lhe o fim do mundo uma reforma agrária “sob o controle dos trabalhadores” e com “amplo apoio do governo”. Também esta reivindicação se relaciona diretamente com a experiência atual.

A “Nova República” e o governo do qual participou o sr. Bacha, sob inspiração do próprio Tancredo Neves, criaram todo um ministério para implementar a reforma agrária, elaboraram um plano nacional de reforma agrária — O I PNRA da Nova República — assumiram público e solene compromisso. Estavam com tudo e não fizeram nada. Acabaram até com o próprio ministério especializado. Baniram a reforma agrária do novo texto constitucional, agachados ante o famigerado “centrão”, por sua vez, obediente à escancarada intervenção “no aparato e nas instituições” da gang pessoalmente chefiada por Caiado.

Dívida

4 — Na questão da dívida externa, agarra-se a detalhes técnicos de forma diversionista (debater detalhes em lugar de discutir o fato da dívida) e acusa o PT de ser contra o FMI e o imperialismo. Que pecado, senhor Bacha. Mas, reconheçamos, ele até que suportaria um discurso antifundo-monetarista e antiimperialista, não fosse a proposta de um plebiscito com o objetivo de impulsionar um amplo movimento de massas contra o pagamento da dívida.

Debater a dívida com o povo, botar no meio da rua aos olhos de milhões de brasileiros a verdade sobre a dívida externa — isso não. O povo informado, esclarecido e organizado e, em consequência, capacitado a decidir — isso ele não admite.

Uma reflexão sobre a estratégia da revolução brasileira

Iniciamos aqui uma primeira colocação, exploratória e problematizadora, sobre um tema decisivo: a estratégia da construção do poder popular no Brasil

É um desafio que, por sua complexidade, exigirá a reflexão concentrada de todos os militantes do Partido dos Trabalhadores.

Juarez Guimarães

Uma vitória da Frente Brasil Popular nas eleições presidenciais provocaria um forte deslocamento da correlação de forças a favor dos trabalhadores. De imediato, agravaria até o limite a crise de direção das classes dominantes, já tão evidente nesta disputa eleitoral.

De acordo com as resoluções aprovadas no VI Encontro Nacional, vivemos hoje uma crise de governo combinada com o início de uma crise de regime. Com a vitória da Frente Brasil Popular, estaria inevitavelmente instalada uma dinâmica de aprofundamento desta crise do regime, das instituições e leis da "Nova República".

Devemos entender esta crise do regime em dois sentidos. Um sentido inercial: a presença da Frente Brasil Popular no governo central da República, rompe por si só o papel da presidência da República como articuladora de todo o aparato do Estado burguês — o Legislativo, o Judiciário, as Forças Armadas. É através dela que correm as relações econômicas fundamentais do Estado com o grande capital.

Esta crise de regime deve ser também formulada em um sentido dinâmico: para responder às expectativas das massas trabalhadoras em funções das quais foi eleito e para colocar em prática o seu programa, o governo democrático entrará em fortes choques com o capital monopolista, o latifúndio, o imperialismo. Estas forças, que compõem o núcleo duro das classes dominantes, usarão todo o poder de que dispõem para entrar e desestabilizar o governo.

É impossível prever como ocorrerão exatamente as manifestações desta crise de regime: conflitos entre o Executivo e o Legislativo, pressões das massas sobre a Constituição da "Nova República", distúrbios econômicos que adquirem um sentido de disputa política, conflito entre o Executivo central e os governos estaduais, interpretações conflitantes do texto constitucional.

O fundamental, no entanto, é entender a sua lógica: uma crise de regime faz com que os mecanismos institucionais que regulam o conflito entre as classes percam cada vez mais o sentido. A disputa se desloca cada vez mais para o terreno da luta pelo poder político.

Este caminho para a construção do poder popular que o PT estará chamado a elaborar com urgência caso a Frente Brasil Popular vença as eleições. É da nossa capacidade de traçá-lo e percorrê-lo com consequência que dependerá a saída para a crise do regime da "Nova República".

Movimento em pinça

A partir da nossa experiência acumulada, é razoável prever que a criação de um poder popular no Brasil não ocorrerá apenas por um processo de acumulação de forças essencialmente externa ao aparelho estatal burguês. A construção do poder popular será o



Detalhe de "os Xs da Questão", de Monica Sartori

resultado de um "movimento em pinça" dos trabalhadores sobre os centros do poder burguês, isto é, pela combinação do avanço sobre a institucionalidade com a criação de novas formas de exercício direto da democracia pelos trabalhadores.

Esta hipótese estratégica central estabelece um nítido traço de diferenciação entre o desafio colocado para o movimento operário brasileiro e a experiência bolchevique ou mesmo as estratégias revolucionárias do tipo assemelhado à guerra popular prolongada.

Na experiência bolchevique, as possibilidades de acumulação de forças do movimento operário na institucionalidade eram quase nulas devido à estrutura extremamente fechada do Estado czarista. A construção do poder dos trabalhadores, no quadro da desagregação do Estado czarista, derrotado na guerra e submetido a fortes pressões sociais internas, deu-se diretamente através da criação dos soviets.

Nas estratégias assemelhadas à da guerra popular prolongada o movimento revolucionário combina a acumulação de forças no terreno da guerrilha (em geral, com zonas liberadas), com o trabalho de massas, no sentido de ir criando as condições para derrocada final do Estado burguês.

Eixo de gravidade

Na hipótese estratégica que estamos debatendo — apropriada a uma sociedade capitalista mais desenvolvida e com uma máquina estatal mais moderna e complexa — o principal problema a ser equacionado, sem dúvida, é a dinâmica, a dialética que se necessita estabelecer entre esta conquista de posição no aparelho de Estado burguês e a construção de formas de poder popular.

O desafio está precisamente em estabelecer uma relação positiva entre o avanço sobre a institucionalidade burguesa e a criação das novas formas de poder popular, na qual o eixo de gravidade esteja neste último. Isto é, o avanço sobre a institucionalidade burguesa deve ser entendido como a desestruturação, nos vários níveis, da máquina de dominação burguesa e o incentivo à organização popular autônoma.

Este não é apenas um problema organizativo. **Os trabalhadores para vencer têm de saber usar ao máximo as possibilidades legais, ocupar o maior espaço possível a nível institucional mas com a condição de subordinar este movimento à criação de uma nova legitimidade democrática.** Esta legitimidade e força do poder popular tem que ser criada, no fundamental, antes do momento da batalha decisiva com as forças do grande capital. O grau de construção desta legitimidade e de força do poder popular determina as possibilidades de vitória.

Antes desta batalha decisiva várias outras serão travadas. Os resultados favoráveis destes choques parciais — que podem se dar em torno a um problema institucional ou se relacionar com uma mobilização social ou até mesmo se circunscrever a uma determinada região do país — é que vão criando as condições para uma vitória dos trabalhadores.

Assim, uma possibilidade de que é a eclosão de uma crise revolucionária se dê a partir da legítima defesa de posições conquistadas na institucionalidade pelo movimento operário e que são submetidos a desestabilização do grande capital.

Dois desvios

A experiência já demonstrou que diante de um desafio estratégico semelhante o movimento operário está submetido a dois riscos fortes.

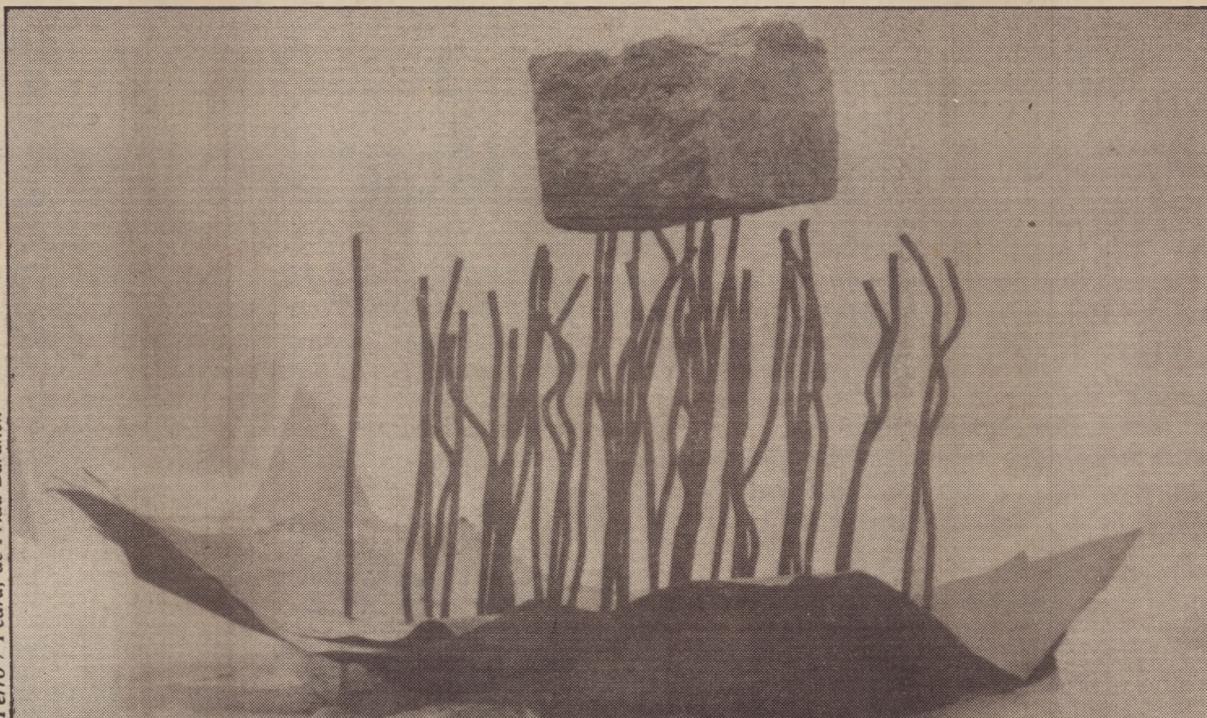
O primeiro erro estratégico — o mais perigoso e o mais difícil de evitar — é um desvio de direita, de caráter reformista, no qual o movimento operário vai adequando o seu programa, as suas formas de organização e de luta à legalidade e as instituições burguesas. Nesta hipótese, estabelece-se uma diferença fatal de ritmos entre o processo de radicalização na base do movimento e sua expressão institucional, criando uma dinâmica inevitável de paralisia e divisão das forças populares. Este foi o erro flagrantemente cometido pelas forças majoritárias na Unidade Popular chilena.

O segundo deles é um desvio de caráter esquerdista que estabelece um programa maximalista, uma estratégia de criação do poder popular à margem da conjuntura, sem equacionar a relação do seu desenvolvimento com a crise da institucionalidade burguesa.

Este desvio tem o resultado de incapacitar o movimento operário para exercer a hegemonia na luta democrática isolando-o e expondo-o à certeza da derrota. O exemplo mais claro deste erro seria, por exemplo, o praticado pelo MIR na experiência do governo Allende ou por certas correntes esquerdistas do movimento operário alemão e italiano na conjuntura da primeira guerra mundial.

A conquista da governabilidade em meio a uma crise de regime só virá através de um movimento ofensivo desde o início, que vá somando vitórias em cadeia sobre a resistência das classes dominantes.

Ferro / Pedra, de Frida Baranek



O desafio de ser governo

O que é estar no governo e ser governo democrático-popular em meio a uma crise do regime da "Nova República"? Como sobreviver? Como criar as condições para a aplicação das medidas de governo?

A primeira idéia-chave é que a governabilidade não nos será dada de saída: ela terá de ser conquistada a cada momento pelo governo democrático-popular e as forças que o apóiam.

Até mesmo o controle administrativo sobre a máquina de governo terá de ser fruto de uma forte batalha política: a ameaça da ingovernabilidade tem início nos atritos com a rotina cinzenta de uma intrincada e monstruosa estrutura estatal concebida para funcionar acima de qualquer controle dos trabalhadores e para ser agenciadora dos interesses do grande capital.

Desde o início, estará instalada uma disputa de atribuições, de pressões e contra-pressões entre o executivo e o Congresso Nacional. A iminência das eleições que renovarão o Congresso, no entanto, só favorece um ambiente de politização desta disputa. Se a uma estratégia de negociações parlamentares não se somar a força decisiva da pressão aberta das massas sobre o Congresso, o governo democrático-popular terá os seus passos tolhidos a cada grande decisão.

Mas é no terreno da economia, ali onde o grande capital tem as suas cidadelas mais fortificadas, que o desafio da governabilidade se manifestará com mais intensidade: fuga de capitais, especulação, manipulação desenfreada dos preços, desabastecimento, cessação dos investimentos. A capacidade do governo colocar em prática suas metas econômicas dependerá do grau de controle social sobre a produção, a distribuição e o investimento. Este é o terreno que mais afeta o cotidiano das massas e forma a sua opinião sobre o governo.

Síndrome de sanduíche

Desde a instalação do governo democrático-popular, ele estará submetido a uma pressão fortíssima das classes

dominantes (de cima) e das massas populares (por baixo).

Ele só poderá escapar desta tensão paralisante e até desagregadora se, logo de partida, amparado na legitimidade conquistada na disputa eleitoral, tomar medidas fortes e emergenciais que o ponham em sintonia com as aspirações populares. A tênue e volátil relação entre o governo e sua base eleitoral tem de ir sendo aprofundada no sentido de se tornar estável e duradoura.

Uma política ofensiva de governo, que toma iniciativa e vai definindo o campo da disputa política a cada momento é assim o único meio de escapar à "síndrome do sanduíche": cair em uma dinâmica, alimentada reciprocamente, de recuo frente às pressões burguesas e de perda de confiança e bases populares.

Correlação de forças

O grau de ofensividade possível a cada momento é, no entanto, determinado no fundamental pela relação entre o nível de consciência e organização dos trabalhadores e a força política orgânica das classes dominantes.

As decisões-chave de um governo burguês em geral se implantam pela lei de inércia, correndo por dentro dos mecanismos de dominação do Estado. As decisões-chave de um governo democrático-popular têm que ser alavancadas pelas organizações populares, mesmo quando vencem a resistência burguesa no terreno institucional, mesmo quando não se atritam com a rotina constitucional.

Este é, sem dúvida, um dos desafios mais complexos de ser governo em tais conjunturas: trabalhar no limite permitido pela correlação de forças, entendendo que ela está em um processo muito dinâmico de evolução. Isto é, as próprias decisões fazem parte do processo de alteração da correlação de forças, puxam seu deslocamento a nosso favor. É por causa disso que inevitavelmente um governo democrático-popular passará por experiências de conhecimento do terreno, terá que operar recuos táticos mesmo não perdendo o sentido geral ofensivo.

A nova democracia

Esta correlação de forças deve ser medida em função dos êxitos e derrotas em um terreno-chave: o da disputa sobre qual forma de democracia vai existir no país.

A crise de regime tem exatamente este significado: a luta pela democracia atravessará o terreno institucional e penetrará em todos os poros da sociedade.

A luta pela democracia será travada no campo com o desenvolvimento das organizações dos trabalhadores rurais, dos sem-terra, dos pequenos produtores, com o desarmamento da UDR e do latifúndio. Será decisivamente deflagrada nas grandes fábricas e empresas com o assumimento de novas funções e formas organizativas pelo sindicalismo urbano. Penetrará nas empresas estatais que devem ser submetidas ao exercício do controle social direto desde o início. Avançará nos grandes centros urbanos com o assumimento de funções não-corporativas pelo movimento popular e entidades civis.

Será criada uma nova cultura democrática de massas, com a realização frequente de plebiscitos e referendos, com a utilização frequente dos meios de comunicação de massas para o exercício do debate e da fiscalização.

Um front todo especial desta batalha pela democracia será definido nas relações de democratização e controle que a sociedade estabelecer sobre as Forças Armadas. Cada avanço conseguido neste campo tem uma repercussão enorme, pois ali reside, em última instância, o domínio das classes dominantes, a fonte do exercício permanente do poder de chantagem e pressão sobre o governo democrático-popular.

Autonomia política

O governo democrático-popular incide diretamente sobre esta luta pela democracia no âmbito de suas iniciativas: democratização da gestão das estatais, das autarquias e ministérios, das Forças Armadas, das relações com o funcionalismo.

Mas é no campo da auto-organização dos trabalhadores e setores populares que a luta pela democracia se decide. O ritmo e as formas deste processo de auto-organização não podem estar subordinados ao governo democrático-popular. Eles têm de ser, na essência, autônomos: devem refletir de forma pura o processo de radicalização da consciência das massas, devem estar inclusive à frente das realidades institucionais com as quais o governo democrático-popular lida cotidianamente.

Se o contrário ocorre — se a autonomia política das entidades populares não é preservada — o movimento afunda na institucionalidade, cai no enredo das contradições que o governo democrático-popular precisa superar e, na verdade, só pode superar com a afirmação e amadurecimento do exercício da democracia mais além do campo da institucionalidade burguesa.

O centro dirigente

Da mesma forma, o centro dirigente do movimento não pode ser deslocado para dentro da institucionalidade, para o governo democrático-popular. Exatamente pela sua característica pragmática, o governo tem necessariamente que refletir em sua lógica a correlação de forças real existente a cada momento. O partido, por sua natureza programática, aposta sempre no futuro, trabalha sempre com o deslocamento para a esquerda desta correlação de forças.

Só o partido, por estar com os pés dentro e fora da institucionalidade, pode articular e dirigir o "movimento em pinça" sobre os centros de dominação burguesa. Ele deve ser o centro de gravidade da vanguarda do movimento, o momento fundamental da construção da hegemonia política.

Se ele perde esta função real, se o seu poder político real é esvaziado em função de uma migração maciça de quadros e funções para o governo democrático-popular, a vanguarda socialista se incapacita para a direção dos grandes combates. Acaba sendo consumida ou fazendo concessões decisivas para a pressão justamente da máquina estatal burguesa que quer e deve superar.

Campo de Batalha 3, Antonio Henrique Amaral



Quatro temas estratégicos

A construção do partido revolucionário, a formação dos organismos de poder popular, a formação do bloco antimonopolista, uma política antiimperialista: um primeiro exame à luz da hipótese estratégica central.

De todos os elementos estratégicos, a construção do partido revolucionário é o fundamental, pois exerce um efeito direto sobre todos os outros. É o instrumento principal de construção da hegemonia, momento de síntese da estratégia e da tática. Em uma crise nacional, quando a capacidade de iniciativas e até mesmo a rapidez ao efetivá-las contam, esta capacidade de direção joga um papel decisivo.

O PT, por sua história, pelas conquistas que acumulou ao longo dos seus dez anos de existência, é potencialmente este instrumento revolucionário. Mas precisa passar por importantes transformações para cumprir as funções que a luta de classes lhe cobra.

Há, em primeiro lugar, um processo de clarificação programática em curso que define a estratégia do partido na luta pela construção do socialismo.

Há, em segundo lugar, um esforço gigantesco de construção partidária capaz de romper o perigoso desequilíbrio, que tem marcado a existência do PT, entre a sua influência de massas e a sua base militante.

Este esforço de clarificação programática deve fornecer a base política para uma recomposição das instâncias de direção do partido, sem a qual por sua vez este gigantesco esforço de construção partidária é impossível.

Esta recomposição deve se assentar em dois princípios:

- a criação de uma hegemonia claramente revolucionária em seu interior, tanto na base como nos organismos de direção;

- um avanço no processo de convergência entre as tendências petistas, a partir do reconhecimento da crescente

necessidade da unidade entre os revolucionários.

Assim, a relação entre as tendências do PT jogará um peso decisivo e não pode ser equacionada à margem das tarefas e desafios colocados. Qualquer pretensão hegemônica, qualquer estreiteza sectária pode ter consequências fatais para o movimento operário.

Organismos de poder popular

Estes organismos correspondem à incorporação de dezenas de milhões ao processo de luta de classes. São a força orgânica da luta pelo socialismo. Constituem os instrumentos do aprendizado das grandes massas na arte de governar.

Há uma ausência de tradição deste tipo de organismos na história do movimento operário e popular no país. E haverá certamente uma dose importante de imprevisibilidade no seu desenvolvimento: a sua formação se relacionará estreitamente com a dinâmica da crise e com as experiências de luta (greves gerais, ocupações no campo e na cidade etc.).

Podemos identificar três tipos possíveis de organismos de poder popular: de base territorial (conselhos populares), na produção (comitês de fábrica, de empresa, no campo), na distribuição (controle dos preços e da distribuição).

São, por definição, organismos apartidários, de democracia pluralista, órgãos de frente única. São instrumentos privilegiados de soldagem da aliança dos trabalhadores com os setores populares desorganizados, que vivem no

setor informal da economia ou que têm menos tradição de organização sindical.

Devem ter estruturas de centralização local e nacional, de coordenação de esforços e de iniciativas.

Sua massificação só ocorrerá no próprio processo de gestação da crise revolucionária. O que se trata hoje é da constituição de seus embriões, de realizar um esforço concentrado para superar os limites corporativos dos organismos de tipo sindical.

Bloco antimonopolista

O movimento operário tem todo o interesse que a polarização da luta de classes não ocorra apenas de um viés estritamente classista mas adquira uma dinâmica antimonopolista, isto é, isole os núcleos de resistência do grande capital.

Isto significa travar conscientemente a luta pela hegemonia no campo dos setores sociais aos quais interessa a democracia: a coesão do enorme bloco dos assalariados, com toda a sua diferenciação, a atração da pequena burguesia urbana e rural além da neutralização de setores do médio capital.

É necessário para isso desencadear movimentos que impeçam a coesão do bloco burguês, sob a hegemonia do capital monopolista. Devem ser definidas propostas claras em relação à pequena-burguesia; as áreas que deverão ser submetidas a um controle social mais estrito — inclusive com nacionalização — devem ser estritamente definidas.

Todo este esforço deve se traduzir no plano partidário: a crise da direção

burguesa se expressa numa fragmentação partidária, abrindo espaço para a criação de frentes e movimentos, colocando sob a direção do PT setores democráticos burgueses radicalizados.

Política diplomática

A política praticada pelo governo democrático e popular estabelecerá uma dinâmica de atritos crescentes com o poder econômico e político do imperialismo.

Será necessária uma diretriz diplomática ampla para criar barreiras à intervenção desestabilizadora do imperialismo no processo de democratização da sociedade.

A crise hegemonia hoje existe entre as principais potências imperialistas abre campo para explorar as divisões neste campo. Em particular, serão importantes as relações com os governos sociais-democratas de alguns países europeus.

Desde o início, o governo democrático-popular, ao enfrentar a pressão dos credores internacionais, terá o desafio de articular uma ampla frente dos países devedores.

Caberá à CUT um papel saliente na construção da unidade dos trabalhadores latino-americanos na luta contra o pagamento da dívida externa.

Uma ênfase toda especial no plano das relações diplomáticas e econômicas será desenvolvida com os países em transição para o socialismo, em particular com Nicarágua e Cuba.

Por fim, o PT será chamado a desempenhar um papel mais ativo na construção da unidade das correntes revolucionárias do continente.

Ascenso antiburocrático varre a Europa Oriental

A queda do Muro de Berlim marca o início de uma nova era. O terremoto que atinge a URSS e a Europa Oriental varre o símbolo maior do caráter repressivo da dominação burocrática nas sociedades de transição. Conquista de uma gigantesca mobilização das massas da República Democrática Alemã (RDA) pela instauração de uma efetiva democracia socialista, a queda das barreiras físicas que separavam os habitantes das duas Alemanhas impulsiona uma verdadeira revolução antiburocrática e democrática, prenuncia a renovação da luta pelo socialismo e delinea um novo cenário político internacional.

José Corrêa

As grandes transformações em curso nas sociedades de transição são apontadas pela burguesia como expressão da crise do socialismo e da superioridade do capitalismo e da democracia parlamentar. "Fim do socialismo", "fim da revolução", "fim do comunismo" são expressões recorrentes na grande imprensa internacional, marcando o clima ideológico da virada da década. No Brasil absorvido pela eleição presidencial, cenas do êxodo de alemães orientais que queriam deixar a RDA foram apresentadas por Afif em seu programa eleitoral, como denúncia viva do anacronismo da proposta socialista do PT — ao mesmo tempo que Colar aponta burlescamente Gorbachev como uma de suas fontes de inspiração.

O processo em curso abre uma intensa disputa de hegemonia no movimento internacional dos trabalhadores, onde alguns setores, perplexos, não conseguem se orientar face à perda de suas referências tradicionais (mesmo que incorretas e ilusórias). Porque o que está morrendo não é nem o socialismo nem a revolução: é o estalinismo e as formas de domínio burocrático por ele modeladas, que são incompatíveis com o socialismo. Libertos do manto asfixiante das burocracias dominantes, estas sociedades começam a se mover, e fundamentalmente no sentido de uma efetiva democracia socialista.

Caixa de Pandora

Gorbachev e o setor da burocracia soviética que patrocinam a perestroika e a glasnost abriram uma autêntica caixa de Pandora, um processo que está fugindo ao seu controle e conduzindo a questionamen-

tos da paralisia burocrática. Ele afeta, em graus diferentes, todas as sociedades de transição ao socialismo, da URSS à Alemanha Oriental, da China a Cuba. Na Europa Oriental, onde este processo ganha suas cores mais espetaculares, uma verdadeira revolução antiburocrática está em curso (ver os artigos de Mandel na sequência desta edição de EM TEMPO).

Trata-se do acontecimento mais importante das últimas décadas. O colapso do estalinismo na Europa Oriental e a possibilidade de eliminação de ditaduras burocráticas que usurpam o poder político em sociedades pós-capitalistas colocam no horizonte a instauração de autênticas democracias socialistas — pela primeira vez, de forma mais concreta, nos sessenta anos que se seguiram à vitória de contra-revolução burocrática na União Soviética. A reorganização destas sociedades em bases democráticas e socialistas representará um desafio inédito ao capitalismo.

Já neste momento, na Alemanha Oriental "a liberdade pode tornar-se nossa bandeira e esta combinação de socialismo-comunismo e liberdade é invencível. Não é difícil imaginar as consequências de uma situação onde, na RDA, a liberdade de manifestação seja mais ampla do que na RFA; com uma lei eleitoral mais liberal; uma imprensa e uma televisão mais críticas frente às autoridades e mais abertas à população; com comitês de controle dos cidadãos para a proteção do meio ambiente com mais poderes; uma eliminação mais radical da pobreza; uma mais ampla igualdade entre homens e mulheres. Uma supressão mais radical do militarismo; e, sobretudo, direitos sindicais nas empresas (autogestão e não cogestão) mais avançados. Todos os discursos hipócritas da burguesia sobre a democracia se voltariam, então, contra ela. Se a revolução alemã-oriental triunfar, teremos avançado numa etapa importante em direção do desenvolvimento da revolução socialista mundial". (Editorial de INPRECOR, 13/11/89).

As raízes da crise

A economia soviética vem caindo, ao longo das últimas décadas, uma crescente queda do seu desempenho, chegando a uma situação de estagnação. A ala Gorbachev da burocracia chega ao poder com um projeto de modernização e profundas reformas do sistema econômico — a perestroika (reestruturação).

A perestroika vem enfrentando dificuldades para se impor. Mas as brechas no sistema político abertas pela glasnost têm permitido, na URSS, uma crescente participação popular, a organização de movi-



mentos sociais (com destaque para os movimentos ecológicos); a realização de importantes greves (como a dos mineiros de carvão), início da reconstituição da história do país, a constituição de uma oposição parlamentar de esquerda à Gorbachev (bastante heterogênea) e, principalmente, poderosos movimentos nacionais em diversas repúblicas soviéticas.

No plano internacional, a busca de acordos e cooperação com o imperialismo é indispensável para se ter acesso à tecnologia ocidental. Isso tem como consequência a retirada do apoio militar a movimentos de confronto com o imperialismo em diversos pontos críticos do sistema (como a América Central). Mas, na Europa Oriental, o resultado foram mudanças espetaculares, um processo cheio de contradições, mas de sentido geral progressista.

O discurso de Gorbachev é, hoje, o de que cada nação deve "trilhar seu próprio caminho na direção do socialismo". As alas reformistas das burocracias neste país passam à ofensiva. Os problemas de sociedade não resolvidos no Leste Europeu emergem com peso, determinando a dinâmica de cada país: a crise econômica na Polônia e Hungria, o problema do êxodo na RDA, o ajuste de contas da Primavera de Praga na Tchecoslováquia. Em todos estes

casos, o resultado é uma ampliação das liberdades democráticas, avanços na organização independente da população frente ao poder, crise no sistema de dominação burocrático.

Sob este pano de fundo, três questões têm se destacado como problemas candentes: a reorganização da economia, o problema das nacionalidades oprimidas (particularmente na URSS) e as liberdades políticas.

Plano e mercado

A planificação burocraticamente centralizada apresenta-se como um modelo de organização da economia cada vez mais ineficiente. Desde os anos 60 assistimos a tentativas de reformas — mercantis ou não (este é o caso, principalmente, da RDA), que visam melhorar seu desempenho.

Mas nenhuma reforma não-mercantil deste sistema pode funcionar sem a participação ativa do povo trabalhador. E isso, acompanhado da sua auto-organização, pode conduzir a derrubada da burocracia e a instauração de um sistema de planificação democraticamente centralizado, baseado na autogestão das unidades de produção pelos próprios produtores e no controle social do processo de distribuição.

Mesmo as alas mais reformistas das burocracias no poder obviamente não trabalham neste rumo; as reformas que conduzem têm assim ga-

nhos, em diferentes graus, um sentido mercantil, que se apresenta com um sentido oposto ao estabelecimento de um controle social e democrático sobre a economia. A utilização de mecanismos de mercado pelo plano já constituíram o cerne das reformas propostas pelos economistas soviéticos Liberman e Trapeznikov nos anos 60 e implantadas na URSS sob Kosygin de 1965 a 1968 e por Ota Sik na Tchecoslováquia e Włodzimir Brus na Polônia no mesmo período. São reformas deste tipo que estão hoje sendo propostas por Gorbachev na URSS.

Mas, na Polônia e na Hungria, pela profundidade da crise que se abateu sobre estas economias nos anos 70/80 e o esgotamento das reformas anteriores, a burocracia está tentando ir muito mais longe e implantar o chamado "socialismo de mercado". Ai, já não se busca mais que os mecanismos de mercado empreendam apenas ajustes no bojo de um sistema onde a regulação global da economia continua sendo dada pelo plano, mas sim que se restaure a plena coerência da operação da lei do valor como sistema de regulamentação global da economia. Uma reforma deste tipo só foi tentada antes na Iugoslávia entre 1965 e 1971, com resultados catastróficos (desestruturação da relação entre os diferentes setores, inflação e todas suas seqüelas, greves de protesto).

Frente a estas reformas, temos que distinguir entre as propostas e sua implementação, porque elas não podem ser concebidas como processos técnicos. O fator decisivo para seu sucesso não é sua eficácia operacional, embora isso tenha que ser levado em conta. O decisivo é, principalmente, seu sentido socioeconômico e, a partir daí, a adesão ou resistência a elas oferecida pelos próprios trabalhadores (que tendem, por exemplo, a ser refratários à utilização de quaisquer mecanismos mercantis que questionem suas conquistas sociais).

Podemos dizer, com segurança, que o futuro das reformas econômicas ainda não está, nestes países, decidido.

Questão nacional

A questão nacional está se revelando, até agora, o mais explosivo problema colocado para a burocracia soviética (apesar de seu maior termo ser a reorganização de um movimento sindical independente).

O chauvinismo grã-russo foi uma marca da ditadura burocrática na União Soviética, que tratou todo movimento de autonomia nacional com mão-de-ferro. Mas num país onde metade da população não podia valorizar sua cultura e língua e a industrialização desenfreada conduzida pelos burocratas de Moscou destruía seu meio ambiente, a reso-

lução da questão nacional se transformou numa prioridade para os povos não russos.

Suas demandas fundamentais são progressistas: lingüísticas e culturais; socioeconômicas e ecológicas; e políticas, denunciando os crimes do estalinismo e lutando pela soberania nacional das repúblicas soviéticas. Mas surgem também fenômenos regressivos.

A solução destes problemas está ligada a uma política que permita superar os males da secular opressão nacional e racial, através de políticas de ação afirmativa e da garantia do direito à autodeterminação, onde a adesão ao Estado soviético multinacional seja livre e democraticamente decidida e livremente reversível.

"Frentes populares", em muitos casos integradas pelos setores majoritários dos PCs nacionais e por parcelas das burocracias periféricas, se formaram em várias regiões: nos países bálticos (Letônia, Lituânia e Estônia), no Azerbaijã e, agora, na Ucrânia (a segunda maior nação da União), com a adesão entusiasta dos mineiros da bacia do Don. Mobilizações já se desenvolvem na Moldávia, Geórgia, no Turcomania e entre os tártaros da Criméia, expulsos de sua terra para a Ásia Central por Stalin. E na Armênia, o Comitê Karabakh constituiu-se quase que num contrapoder às autoridades vinculadas a Moscou. São, nestas nações, dezenas de milhões de pessoas que se mobilizam e passam a buscar uma organização independente.

A revolução antiburocrática

A ditadura burocrática aproxima-se, em alguns países, de seu limite histórico, jogando cartadas arriscadas. Na Polônia, a casta dominante integra a cúpula do Solidariedade no governo (aumentando o controle dos centros decisivos de poder). Na Hungria, o PC local tenta liberar-se do peso do passado, travestindo-se em um partido social-democrata. Na RDA e na Tchecoslováquia, as mobilizações de massa exigem a saída dos burocratas do poder e um processo semelhante pode se delinear na Bulgária.

As mobilizações de massa em curso representam um ajuste de contas histórico do povo destes países com o estalinismo. Mas constroem também novas relações políticas e apontam para um novo regime, uma democracia de massas potencialmente mais avançada do que tudo que é hoje possível nos países capitalistas.

A classe operária, que na Polônia, entre 1980/1, ofereceu um exemplo inestimável de luta pela democracia socialista, ainda não é protagonista central desses processos, mas já marca o cenário na Alemanha e se insinua na URSS. Novas

forças políticas surgem dentro e fora dos PCs da Europa Oriental (e também da URSS). Poucas têm um projeto claro, capaz de traçar um caminho seguro e acabado, para as massas populares. Mas projetos progressistas, autenticamente socialistas, vão sendo forjados e ganham a adesão das massas.

A evolução da situação na Alemanha é decisiva. Trata-se do país onde o movimento socialista possui as raízes mais profundas do mundo; onde a forma específica de desenvolvimento econômico apresenta as menores contradições de toda Europa do Leste; os projetos de reforma mercantil não deitaram raízes. O confronto com o modelo consumista da RFA cumpre um importante

papel de clarificação política; e um vasto movimento de massas vai construindo uma identidade não somente antiburocrática mas democrática e socialista (ver box).

E o PT?

O posicionamento frente a este processo e uma definição clara do socialismo pelo qual lutamos está sendo intensamente cobrado de nós nesta campanha eleitoral.

O PT foi construído a partir da valorização da democracia operária e da auto-emancipação dos trabalhadores. Uma sensibilidade antiburocrática esteve sempre presente entre nossa militância.

Mas o contato com Cuba, útil no sentido de reforçar as referências revolucionárias, e principalmente as

relações mantidas com a RDA e a China, não fortaleciam a compreensão da ligação indissolúvel que deve ter para nós democracia e socialismo. O posicionamento do VI Encontro Nacional face ao massacre da Comunidade de Pequim foi, neste quadro, um passo decisivo.

Mas o que acumulamos já não basta. Os processos na Europa do Leste se precipitam. E um avanço coletivo do partido é uma exigência imperiosa da luta de classes não apenas internacional mas também do processo político brasileiro. A identificação de nosso partido com a luta antiburocrática aí em curso, no que ela tem de mais avançado e autenticamente socialista, é o novo e indispensável passo a ser dado.

O fim do pós-guerra na Alemanha

A intervenção das massas da República Democrática Alemã (RDA) na cena política não somente sacudi o poder do Estado-partido pseudo-socialista na Alemanha Oriental, mas também a ordem estabelecida no pós-guerra. Não se pode negar a existência de uma "questão alemã" como decorrência da divisão do país no final da Segunda Guerra Mundial.

A direção do SED está tendo que fazer concessões a cada dia e cada uma delas se revela imediatamente insuficiente. Assim, paradoxalmente, Barbel Bohley, porta-voz do Novo Fórum, o principal grupo de oposição, ao referir-se a abertura da fronteira, fala de uma reação "irracional e irresponsável" do poder e até afirma que as eleições livres prometidas não deveriam se realizar muito cedo, porque os grupos opositores ainda não estão suficientemente preparados!

A oposição se organiza também no seio do próprio SED. Sob pressão de algumas dezenas de milhares de membros do partido, a direção não somente afastou gente recentemente eleita para o novo birô político, mas decidiu realizar um novo congresso especial.

A agressividade e a arrogância do imperialismo alemão ocidental voltaram a se manifestar abertamente. Kelmur Kohl já declarou publicamente, após a queda do "Muro de Berlim", que os alemães orientais poderiam ter bilhões de marcos, mas com uma condição: "Que haja uma verdadeira reforma, sobretudo a abolição do sistema de planificação, que falhou". Mas o chanceler foi vaiado pelas massas de Berlim

Oriental, enquanto o liberal Genscher e os líderes sociais democratas, (que são muito mais prudentes), a começar por Willy Brandt foram aplaudidos pela multidão.



Muitas pessoas na RDA, mesmo pouco politizadas, são instintivamente contra uma "reunificação" das duas Alemanhas. Ainda que instintivamente, elas são reticentes à arrogância do marco alemão e da perspectiva de uma inundação pelo capital alemão ocidental. Não aspiram trocar a ditadura burocrática autoritária e incompetente por um status de semicolônia, província pobre da República Federal Alemã (RFA). Aliás, o jornal conservador alemão ocidental Frankfurter Allgemeine Zeitung já se queixou amargamente do fato de que "a maioria dos grupos de oposição na RDA vê uma RDA melhor sobre uma base socialista".

Concretamente, hoje a unificação

das duas Alemanhas seria um enorme reforço do imperialismo alemão ocidental. A solução da questão alemã implica a abolição das consequências da divisão das fronteiras sobre as massas. Mas esta solução, sob a forma de um mesmo Estado nacional, não seria progressista. Não há um povo alemão nacionalmente oprimido. Portanto, a solução da questão alemã só pode ser atingida através da luta pela emancipação geral, o que implica na destruição do poder imperialista do capital e do Estado alemão ocidental.

A esquerda revolucionária na RFA se encontra diante de sérios problemas políticos. Deve lutar pelo reconhecimento da RDA e pela renúncia total ao "revanchismo" pelo Estado alemão ocidental. Ao mesmo tempo, esta esquerda não pode permanecer na defensiva. É na RDA que se desenvolve uma discussão de massa sobre as possibilidades de uma renovação numa perspectiva "verdadeiramente socialista".

Este debate se dá em condições difíceis: crise da economia burocraticamente centralizada e pressão ideológica do modelo de consumo alemão ocidental. Mas devemos nos apoiar sobre estes debates e integrar a crítica dos males do capitalismo realmente existente: desemprego, desigualdades grotescas, crescimento da pobreza, relações humanas deterioradas pela concorrência impiedosa. Fugitivos do Leste já começam a retornar à RDA, sabendo que lhes será difícil encontrar uma casa e a segurança na RFA... e, sobretudo, que neste momento são as massas que fazem a história na RDA.

Manuel Kellner



Glasnost e crise dos

A crise das sociedades do Leste dá origem a uma grave crise ideológica e moral no seio do chamado "movimento comunista internacional".

Ernest Mandel

O pretenso "movimento comunista internacional" está hoje mais profundamente dividido do que esteve em qualquer outro momento de sua história. É sobretudo a atitude dos partidos comunistas diante da glasnost que revela com mais clareza esta crise.

Definimos a glasnost como o processo de mudanças políticas em curso na União Soviética que amplia — na prática — o campo do exercício das liberdades democráticas. Este processo combina os efeitos das reformas políticas "pelo alto" com o recuo da repressão e da intimidação, com a tolerância de fato de atividades e de iniciativas autônomas "pela base", inclusive aquelas que não estão de acordo com a legislação em vigor.

A atitude dos PCs

As direções dos partidos seguintes, entre outras, apóiam a glasnost, embora por motivos diferentes: a do Partido Comunista da União Soviética (PCUS), da Liga dos Comunistas da Jugoslávia, dos Partidos Comunistas da Hungria, da Polônia, da Itália, da França (com reticências), da Grécia, da Espanha, da Suécia, da Finlândia, da Inglaterra, da Holanda, da Turquia, da Dinamarca, da Bélgica, da Suíça, da Argentina, do Brasil, do México (que não existe formalmente mas atua no seio do partido de Cárdenas), do Chile, da Colômbia, do Uruguai, da Austrália, do Líbano.

Os Partidos Comunistas da Alemanha Ocidental (DKP), da Síria e de Israel se abstêm de toda crítica pública à glasnost. Sabe-se que a maioria de seus dirigentes se opõem a ela. Algumas das direções dos PCs que apóiam a glasnost o fazem mais por uma tradição de apoio incondicional a tudo o que se passa na URSS do que por uma convicção real. Isto provoca tensões com os partidários mais sinceros da glasnost, o que pode levar a uma cisão tanto no seio do DKP, quanto no PC dinamarquês e talvez no PC grego.

Em contrapartida, a glasnost é rejeitada pela direção oficial do Partido Comunista Chinês, do Partido Socialista Unitário (SED) da República Democrática Alemã (RDA), do Partido Comunista Vietnamita, do PC romeno, tchecoslovaco, cubano, búlgaro (de maneira mais moderada), japonês, do Partido Comunista Marxista Indiano (CPI-m), dos PCs norte-coreanos, albanês, português, assim como pela maior parte dos grupos pró-albaneses e semi-maoístas.

Combinações diversas

A atitude do Partido Comunista dos Estados Unidos é hesitante: ele não se pronuncia nem em um sentido nem no outro. Ignoramos a posição do que restou do Partido Toudeh do Irã, assim

como a posição do Partido Comunista das Filipinas. O Partido Comunista da África do Sul parece profundamente dividido a este respeito, se bem parece apoiar Moscou, como toda a sua tradição indica.

A situação se torna mais complicada em função de que muitos destes PCs contam em seu seio, inclusive em seus aparelhos, com minorias significativas que não partilham da posição da maioria. Este é especialmente o caso das minorias conservadoras no seio da direção do PCUS, do PC húngaro e do PC

encontram-se quase todos os partidos favoráveis à glasnost, mais o PC japonês. Mas na URSS, a direção gorbachevista do PCUS teve uma atitude das mais reservadas, enquanto a condenação sem reservas ficou por conta da ala radical. O PC dos Estados Unidos não condenou a repressão e, portanto, deslocou-se neste caso para o campo dos conservadores neo-stalinistas. O PC cubano se absteve de se posicionar.

Dogma do partido único

Há um terceiro elemento revelador



polonês, da minoria "reformadora" no seio do PC chinês e da tendência Dubcek no PC tchecoslovaco. Este não é formalmente membro do PCT, mas se apóia sobre centenas de milhares de ex-membros, excluídos na época da "normalização" que reclamam a sua integração no partido. Minorias pró-Gorbachev existem igualmente no seio dos PCs romeno, búlgaro e do SED, mas são muito reduzidas.

De outro lado, é necessário levar em conta que as diferenciações na base não repercutem necessariamente na cúpula. Tendências claramente mais "à esquerda" se deslocam assim no seio de vários PCs, em especial do PC grego (KKE), ao lado de tendências nitidamente neo-social-democratas, que são ainda mais engajadas no apoio à glasnost que as direções de uma série de partidos comunistas.

Uma outra dimensão reveladora da crise é a atitude diante da repressão sangrenta da Comuna de Pequim, pela fração Deng Xiaoping. Aqui também a divisão é profunda. Ela repete em grande parte, mas não totalmente, a atitude com respeito à glasnost.

No campo daqueles que condenaram os massacres da Praça Tian Anmen,

da crise que é também significativo: a atitude com respeito ao dogma do partido único. De novo, quase todos os PCs pró-glasnost rejeitam este dogma, com a notável exceção da direção gorbacheviana (ao menos no que diz respeito à URSS). Mas no seio do PCUS são, mais uma vez, os radicais que rejeitam este dogma. Um número crescente de gorbachevistas começa igualmente a questioná-lo. O PC japonês o rejeita. Os PCs antiglasnost são partidários do dogma do partido único, incluindo aí o PC cubano.

Tendo em vista a simultaneidade destes posicionamentos e suas implicações políticas, parece justificado falar de um verdadeiro combate fracional que está na véspera de se desenrolar no seio do chamado "movimento comunista internacional". Sem dúvida, não se trata (ainda?) de uma luta de frações organizadas. Mas as consultas "informais" se multiplicam.

Os conservadores de todos os PCs mencionados desejam a supressão da glasnost na URSS, a qual os embaraça enormemente no seio do seu próprio partido ou país. Que eles conspiram ou não em ligação com a tendência Ligatchev/Tcherbrikov/Zaikov (do PCUS)

para eliminar Gorbachev da direção do PCUS depende de cada caso particular.

A escolha da glasnost como elemento revelador das principais divergências no seio do pretenso "movimento comunista internacional" não é nem arbitrária nem unilateral. Não há quase oposição à perestroika econômica no seio dos PCs e frações antiglasnost no poder, mas exatamente o contrário. Os PCs "conservadores" declaram-se partidários entusiasmados da perestroika. Eles a aplicam, além disso, em seu próprio país.

Da mesma forma, os projetos de "solução pacífica dos conflitos regionais" em colaboração com o imperialismo, inclusive o abandono da ajuda aos movimentos de libertação nacional contido nestes projetos, são apoiados por praticamente todos os PCs antiglasnost (3). Daí que a glasnost apareça como a verdadeira fonte de clivagem. Deixando de lado o caso do PC albanês, cuja direção começa aliás a operar uma abertura em direção à Comunidade Econômica Européia (CEE), a única exceção substancial é representada pelo PC cubano, cuja oposição à glasnost se combina com a rejeição a compromissos maiores com o imperialismo e com a rejeição de uma utilização mais profunda dos mecanismos de mercado.

Três tendências

Simplificando, poder-se-ia dizer que existem três tendências internacionais que se reclamam do comunismo: a tendência pró-Gorbachev que diz sim à glasnost, sim à perestroika e sim aos "acordos regionais" com o imperialismo; a tendência conservadora que diz não à glasnost, sim à perestroika e sim aos "acordos regionais" e a tendência marxista-revolucionária que diz sim à glasnost, não à perestroika e não aos "acordos regionais".

O fato de que é antes de tudo a glasnost que divide assim tão profundamente o chamado "movimento comunista internacional" tem raízes mais profundas. As sociedades pós-capitalistas burocratizadas (os Estados operários burocratizados) atravessam uma crise social de uma gravidade excepcional. Todo o mundo está consciente dela, no interior destes países como no exterior.

A falência da "economia e da política de comando", isto é, da ditadura burocrática, sob todas as suas variantes, é evidente. Ela é acompanhada de uma crise ideológica e moral não menos profunda. Todas as pessoas se colocam então a questão: como se pôde chegar a isso? Como podemos sair da crise? É o socialismo que faliu e, se não é isso, o que faliu?

A glasnost é o início de um debate

partidos comunistas



franco e aberto em torno destas questões. É uma pré-condição absoluta para a busca e descoberta de uma saída adequada. Na medida em que este debate coloca em questão inevitavelmente a própria natureza da burocracia, de seu poder, de seus privilégios, de suas principais energias ideológicas, todas as frações da burocracia se opõem a uma glasnost integral.

Mas, justamente, o sistema sócio-político da ditadura burocrática, tal qual funcionava na prática na URSS e nas sociedades similares, e sua identificação com o socialismo, foram, há mais de sessenta anos, a base de identidade de todos os partidos comunistas no mundo.

É certo que esta "unidade de ferro" foi colocada à prova desde a vitória das novas revoluções socialistas (Yugoslávia, China, Cuba, Vietnã, Nicarágua) que deram aos PCs destes países (e aos sandinistas) uma base material e política independente do Kremlin. Também é certo que o desenvolvimento do "eurocomunismo" e de fenômenos análogos, após o esmagamento da Primavera de Praga, também abalou esta identidade.

Entretanto, em grandes linhas, com

a exceção possível do PC italiano (e ainda) da URSS, o "socialismo realmente existente", o "campo socialista" continuaram a ser um elemento de referência para a grande maioria dos quadros dos PCs, mesmo se este alinhamento não era isento de críticas às vezes severas. E mesmo as críticas mais duras não deixaram de repetir que, apesar de tudo, Kroutchev (XX Congresso do PCUS), quando foram denunciados os crimes de Stalin e Gorbachev (glasnost, perestroika) saíram das fileiras do PCUS.

Todas as pessoas se colocam então a questão: como se pôde chegar a isso? Como podemos sair da crise? É o socialismo que faliu?

Ora, as revelações e a dinâmica da glasnost abalam esta referência e esta identidade no que ela tinha de mais sagrado. Existem terríveis injustiças, desigualdades e misérias sociais, assim como graves fenômenos de opressão na URSS. Crimes não menos terríveis foram cometidos. Eis o que a glasnost permitiu revelar, denunciar, combater.

É um golpe de uma gravidade excepcional para todos os PCs. Suas divisões se referem à maneira de suportar este golpe.

Uns esperam que o redirecionamento que pode ocorrer na URSS, graças a Gorbachev, os desembaraçará de sua pena. A velha legitimidade perdida do "socialismo realmente existente", poderia ser substituída por uma nova legitimidade, graças a um "socialismo com um rosto humano em processo de construção".

"Conquistas" do stalinismo

Outros esforçam-se, pelo contrário, em negar ou de minimizar a crise, no sentido de evitar as repercussões em seus próprios países ou partidos. Eles insistem por isso em afirmar as "conquistas positivas" dos períodos de Stalin e Brejnev. Opõem-se com energia às revelações que causam danos. Continuam a defender, contra os ventos e as marés, os mitos do "socialismo realmente existente" e do "partido infalível". Daí sua hostilidade feroz à glasnost.

Mas negar a gravidade da crise do sistema que atinge a URSS, a Europa do Leste, a República Popular da China é negar uma evidência. Opor-se à



sua revelação é recusar uma discussão franca sobre as suas origens, suas causas profundas e os meios de superá-la. É uma batalha inglória destinada a um fracasso certo.



Youri Afanasiev

Setenta anos de mito socialista

O balanço crítico do passado na URSS é condição indispensável para que encontremos em nós as forças necessárias para construir o socialismo.

Para realizar um julgamento de valor sobre os últimos setenta anos na URSS, devemos conceber este passado como um objeto histórico coerente e não aplicar um método pueril onde se examina "de um lado" as repressões de massa e os crimes e "de outro lado" o entusiasmo e os recordes alcançados. Repressões e entusiasmo tinham de fato uma raiz comum e constituíam uma realidade histórica indivisível (...).

O problema principal consiste em duas interrogações:

— Stalin e seus sucessores, apesar de tudo, conseguiram edificar, mesmo incompletamente, uma sociedade socialista?

— Existia uma alternativa histórica ao "socialismo estalinista"?

Se se responde a esta questão pela negativa, é necessário admitir que ao propor a NEP "por um bom tempo", Lenin cometeu um erro trágico já que uma ditadura sanguinária era o único resultado possível de Outubro (...).

Apesar dos imensos sacrifícios, parece-me que não conseguimos edificar um socialismo tal como o concebiam Lenin e a velha guarda leninista dos anos vinte. Daí a necessidade de uma reconstrução revolucionária, isto é, estrutural e em profundidade.

Quanto à via contra-revolucionária seguida por Stalin e seu enorme aparelho, ele não era nem justificado nem historicamente indispensável. A perestroika pode, então, apoiar-se sobre outras possibilidades

— até hoje recusadas e inex-

ploradas — mas que o país necessita nos campos econômico, político, jurídico e sociopsicológico.

É preciso reviver os princípios leninistas e colocá-los em prática em uma conjuntura nova. Conjuntura ao mesmo tempo mais favorável do que era no fim dos anos vinte e no início dos anos trinta mas igualmente muito mais difícil. Com efeito, o perigo que corremos não é mais simplesmente o de ver se formar um "socialismo" de caserna, desumano como veio a ocorrer. O que devemos superar hoje são as consequências do longo domínio deste sistema, em um momento em que suas bases ainda existem e não estão dispostas a ceder voluntariamente o lugar a um socialismo autêntico, isto é, democrático (...).

Eu não considero que nossa

sociedade seja socialista, nem mesmo um "socialismo deformado". Pois estas "deformações" impregnam todos os campos da sociedade e afetam o sistema político, as relações de produção e todos os fundamentos vitais.

Amarga e terrível

Uma tal conclusão não nos condena à impotência política. Apesar de amarga e terrível, é apenas a partir dela que poderemos nos libertar das meias verdades da propaganda. Ela é a condição para que encontremos em nós (...) as forças necessárias para empreender a análise teórica e o movimento tático que nos levarão à via do socialismo.

É apenas com esta condição que alcançaremos nossa inteligência e nossa vontade a um nível de seriedade e de realismo à

medida de uma perestroika realmente revolucionária.

Se, ao contrário, nos refugiarmos, por interesse ou ingenuidade, nas meias verdades consoladoras, chegaremos a meias medidas e depois à derrota definitiva de nossas tentativas de sair do terrível impasse histórico onde nos encontramos (...)

Somos obrigados a admitir, como dizia Lenin em 1923, que nossa concepção de socialismo deve ser radicalmente modificada.

É necessário nos rendermos à evidência: a herança é "globalmente negativa". É necessário ousar dizê-lo e revificar os princípios leninistas traídos durante tanto tempo até que eles não pudessem mais sê-lo. (Pravda, 26/7/88).

Youri Afanasiev
é diretor do Instituto de História
e dos Arquivos de Moscou.



À sombra de Stalin



A oposição à Glasnost no seio do chamado "movimento comunista internacional" engloba quase sempre os setores mais retrógrados e corrompidos da burocracia.



Os dois campos que se opõem no seio do "movimento comunista internacional" não são entre um "mais à direita", mais "revisionista" e mais "pró-imperialista" e outro "mais à esquerda", mais "ortodoxo marxista-leninista" ou mais "antiimperialista".

Para se chegar a esta conclusão, aplicamos a regra de ouro estabelecida por Karl Marx no campo político: é necessário julgar as pessoas e as tendências não em função do que elas dizem, e em especial do que elas dizem de si próprias, mas em função do que elas fazem. A luz deste critério, o julgamento que acabamos de formular apóia-se sobre provas sólidas.

A fração de Deng Xiaoping não cessou um só dia, inclusive no dia do massacre da praça Tian Anmen de colaborar estreitamente (inclusive no plano militar) com o imperialismo. De fato, uma estação-radar para captar sinais provenientes da URSS funciona na China, dirigido em comum pelos americanos (Pentágono e CIA) e os chineses.

A mesma fração não deixou de

apoiar os regimes pró-imperialistas entre os mais repressivos nos países do terceiro mundo, como o regime Zia do Paquistão. Ela colabora militarmente com a ditadura na Tailândia. Ela esteve implicada no fornecimento de armas aos contras da Nicarágua. Em que estes comportamentos seriam mais "antiimperialistas" que os de Gorbachev e de seus aliados?

O regime de Ceaucescu, na Romênia, é aquele na Europa Oriental que mais sistematicamente colaborou com o Estado sionista. O regime de Honecker, na RDA, é o mais integrado na Comunidade Econômica Européia. Ele recebe importantes subsídios do imperialismo da Alemanha Ocidental. Os "reformadores" da Hungria e da Polônia estariam felizes se recebessem uma ajuda importante proporcionalmente comparável.

Rejeição da glasnost

A recusa da glasnost, em particular a rejeição do direito de greve, da liberdade de associações, da liberdade dos trabalhadores constituírem sindicatos e outros organismos de auto-defesa de

sua escolha; a rejeição da liberdade de expressão, do pluralismo cultural, da liberdade de se manifestar não são em nada "ortodoxos" do ponto de vista marxista. Representam de fato uma revisão fundamental do marxismo. Identificar estas liberdades com a "democracia burguesa" é se opor a toda tradição marxista no tema, a começar pelos pontos de vista claramente expressos por Marx e Engels.

A democracia é burguesa quando ela funciona para proteger e defender o poder, a propriedade de uma classe burguesa. Será difícil demonstrar que o pluralismo político e o debate ideológico na URSS cumprem hoje esta função. Seria ainda mais difícil demonstrar que o direito de greve e a liberdade sindical são favoráveis à propriedade capitalista. A idéia professada por Ligatchev segundo a qual a pluralidade dos partidos seria equivalente à democracia burguesa, revisa não somente as posições claramente expressas por Marx, Engels e Lenin (ao menos até 1920), mas deforma também a história.

A Comuna de Paris era, então, uma democracia burguesa? Entretanto, aí havia a pluralidade de partidos. A Rússia dos soviets de 1918 a 1921 era então uma democracia burguesa? Entre-

Um socialismo de caserna

A concepção de socialismo defendida por Stalin diferia na essência daquela definida pelos ideais marxistas-leninistas.

Anatoli Boutenko

Nas condições que prevaleciam no início deste século, a Revolução socialista de Outubro tornou-se inevitável. Além disso, ela constituía o único meio de salvaguardar a independência da Rússia e de liberar a nação do risco de se transformar em um Estado atrasado e de se tornar o primeiro país fascista e ultra-reacionário do mundo.

Com a sua opção de significado histórico universal em favor do socialismo, a Rússia revolucionária se engajou na via da edificação da sociedade nova sem ter receitas pré-determinadas. É por causa disso que, desde os primeiros passos do poder soviético, um debate acalorado se instalou no seio do partido bolchevique no poder a respeito da melhor

forma de lutar pela concretização do ideal socialista.

Em um primeiro momento, no contexto do "comunismo de guerra" imposto pela guerra civil, Lenin e os bolcheviques recorreram aos métodos de gestão autoritários e administrativos, no sentido de criar "a produção e a distribuição comunistas em um país camponês" por "determinação do Estado proletário", com uma indústria quase inteiramente estatizada.

Lenin terminou por compreender que este não era um bom caminho, reconheceu seu erro e desenvolveu a Nova Política Econômica (NEP), operando um giro decisivo nos métodos de gestão econômica. Durante os últimos meses de sua vida, ele foi além do quadro restrito da economia e vislumbrou uma "série de mudanças no nosso sistema político".



A essência da concepção leninista da edificação do socialismo consistia em que este deveria se centrar sobre os trabalhadores, seus interesses e seus direitos; as forças criativas do trabalhador, liberadas pelo novo sistema, deveriam constituir o principal instrumento de transformação do país, garantindo a cada trabalhador o crescimento de seu bem-estar e a possibilidade de se aperfeiçoar e se desenvolver.

De acordo com Lenin, é necessário para isso promover a democracia ao nível central e local, concretizar as realizações da ciência e da técnica, implantar a gestão contábil, assegurar a participação dos trabalhadores na gestão da produção etc.

Tendo obtido a possibilidade de se desenvolver em paz apesar do cerco capitalista, o partido bolchevique, a partir desta herança teórica imensa, tinha todas as possibilidades de ter sucesso. Entretanto, no momento mesmo no qual seria possível tirar proveito desta tradição e encontrar os meios de concretizar a concepção leninista, o partido confiou sua direção a Stalin que conspirava pelo poder absoluto e tinha uma visão muito pouco leninista das coisas.(...)

Ele dominou o partido e impôs sua vontade aos responsá-

veis do partido e do Estado, atingindo assim, até o fim dos anos trinta, o objetivo que havia fixado. De acordo com a idéia que se fazia dele, Stalin tinha, então, toda a razão de afirmar que a sociedade socialista já havia sido em grande medida construída.

Ora, de fato, esta interpretação se diferencia na essência da interpretação científica do socialismo e visava colocar de pé um socialismo estatal administrativo, um socialismo de caserna em uma grande medida, diferente daquele concebido pelas idéias marxistas-leninistas.

(Naouka I Jizn, Sputnik n° 2, fevereiro de 1989).

Anatoli Boutenko é doutor em filosofia, sociólogo renomado e professor na Universidade de Moscou.

tanto, aí existia a pluralidade de partidos e isto em plena guerra civil. A Nicarágua é uma democracia burguesa? Entretanto, lá ainda o pluralismo de partidos está presente.

O conteúdo social da glasnost revela-se ainda de maneira mais clara quando os conservadores do campo antiglasnost não se pronunciam somente por uma restrição — até mesmo uma supressão — do pluralismo político, da liberdade de imprensa, de associação, de manifestação. Eles se pronunciam igualmente, e sem reticências, contra a liberdade sindical e o direito de greve (ver especialmente a entrevista concedida do chefe dos conservadores húngaros ao semanário *Der Spiegel* de 21 de agosto de 1989).

As declarações de Ligatchev e de Tchebrikov não são menos eloquentes. E mesmo Fidel Castro não hesita em afirmar que os imperialistas se rejubilam com as greves na União Soviética e que estas seriam, portanto, “anti-socialistas” (*Gramma Weekly Review*, de 6 de agosto de 1989). Gostaríamos muito de conhecer os capitalistas que se rejubilam com a greve dos mineiros soviéticos... ou com as greves atuais na Polônia. Todas as informações que dispomos provam o contrário.

Stalinistas e pan-eslavistas

Pior: os mais ativos entre os conservadores na URSS, em especial a famosa Nina Andreeva, adotam posições chauvinistas grã-russas e anti-semitas, de forma clara e pública (ver sua entrevista no *Washington Post International Herald Tribune* de 2 de agosto de 1989). Estas posições seriam menos revisionistas do que aquelas defendidas por Gorbachev?

Além disso, esta ala da burocracia é abertamente stalinista. Ela minimiza, quando não justifica, as grandes purgas dos anos 1934-1939 e 1945-52 ou a repressão militar contra os trabalhadores húngaros em 1956.

Um grande retrato de Stalin estava afixado no último Congresso do Partido Comunista Marxista Indiano (CPI-M). Um grupo de antigos policiais e carcereiros stalinistas realizou um filme intitulado *Stalin está conosco* para apoiar Nina Andreeva (*El País*, 20 de agosto de 1989). O Congresso do “Conselho Unificado da Rússia” que ocorreu em Moscou, nos dias 8 e 9 de setembro, reuniu ao mesmo tempo conservadores do aparelho, admiradores da “autoridade forte” simbolizada por Stalin, pan-eslavistas antimodernistas e anticidentais tradicionalistas e antimarxistas ferozes de extrema-direita, inclusive semifascistas (*Le Monde*, de 16 de setembro de 1989).

Este encontro significativo é simbolizado pela pessoa de Alexandre Zinoviev, o satírico anti-soviético virulento que, em uma entrevista rumorosa concedida ao jornal *As notícias de Moscou* (de 13 de agosto de 1989), exala ao mesmo tempo sua ira contra o socialismo e a democracia e afirma que a era de Stalin foi, na verdade, uma “grande época”. Ele também acusa Gorbachev de querer “ocidentalizar” a sociedade soviética. E conclama a um outro regime voluntarista, stalinista.

Em que esta mistura repugnante tem alguma relação com “a esquerda”, a “ortodoxia marxista” ou a “defesa do socialismo”?



Na contramão da história



A oposição de Fidel Castro à glasnost representa uma regressão ideológica grave da direção do PC cubano.

O PC cubano ocupa uma posição à parte. A revolução cubana não conheceu até agora um grau de burocratização comparável ao da URSS, da República Popular da China e dos países da Europa do Leste.

Isto resulta de uma dialética particular entre as origens desta revolução, suas conquistas sociais mais importantes — notáveis sob qualquer ponto de vista —, o papel da direção cubana e a manutenção de uma certa participação de massas no processo de construção de uma sociedade nova, embora a sua amplitude flutue e permaneça em campos limitados. Fidel Castro continua a gozar de um prestígio real entre as massas.

Além disso, a revolução cubana está na mira de uma agressão econômica permanente por parte do imperialismo, bem como de uma ameaça militar que nunca deixou de existir. Apenas a revolução nicaraguense se acha em uma situação ainda mais ameaçada.

Nestas condições, o dever do movimento operário internacional e o dever



são radical da ajuda.

Posição irrealista

Isto continua válido, independentemente do que se pensa do curso do PC cubano ou das medidas concretas tomadas pela direção cubana. Se estamos em desacordo com algumas destas medidas e atitudes, é necessário em todo caso enfatizar que, entre todos os com-

proposições de “solução dos conflitos regionais” às custas dos movimentos de libertação nacional nestas regiões. Mas exprimimos igualmente o receio de que o próprio PC cubano termine por aceitar tais “soluções” ao menos no quadro da América Latina.

Enquanto a separação entre o Estado e o partido não se realizarem, as necessidades do **realismo político** governamental ditam as atitudes do partido, contrariamente ao que se passou na Rússia soviética sob o governo de Lenin. A direção cubana já disse aliás abertamente que a revolução socialista não está na ordem do dia na América Latina.

A defesa da revolução cubana não pode ser feita a partir de uma admiração inocente e acrítica. Criticar o que está errado no campo certamente da direção cubana não prejudica Cuba. Isso serve à revolução.

Castro contra a glasnost

Ora, deste ponto de vista, os ataques abertos de Fidel Castro e da direção do PC cubano contra a glasnost, isto é, contra o processo de democratização parcial em curso na URSS, são contrários aos interesses do proletariado soviético, do proletariado internacional e também das massas trabalhadoras cubanas.

Estes ataques ameaçam provocar uma grave crise de legitimidade da própria direção cubana aos olhos de uma parte destas massas, em especial dos jovens.

Estes ataques, já presentes no discurso que Fidel Castro pronunciou no dia 26 de julho de 1989, desembocaram na interdição da difusão de dois periódicos soviéticos em Cuba, *As notícias de Moscou* e o *Sputnik* (edições em castelhano). São medidas que é necessário condenar sem reservas. Elas ameaçam colocar Fidel Castro e a direção do PC cubano em uma aliança de fato com as tendências conservadoras no seio do “movimento comunista internacional”, isto é, as tendências mais retrógradas, as mais corrompidas e mais repressivas diante das massas.

Para justificar a interdição da difusão destes dois jornais soviéticos em Cuba, o órgão do PC cubano, *Gramma*, afirma que eles enaltecem os métodos capitalistas no domínio econômico, defendem a democracia e os “valores burgueses”, deformam o passado e ameaçam influenciar negativamente uma parte da juventude cubana.

Castro afirma que “o socialismo é uma ciência para ganhar o povo para esta grande causa”. Mas, como disse Engels, a ciência não pode se desenvolver senão através do livre debate.

dos marxistas revolucionários é, mais do que nunca, defender a revolução cubana contra o imperialismo e seus aliados regionais.

Temos também o dever de denunciar as pressões econômicas que Gorbachev exerce sobre a direção cubana para conduzi-la a aceitar os “acordos regionais” e adaptar parcialmente seu sistema econômico à perestroika. Estas pressões são inaceitáveis, mesmo se elas não vão ao ponto de uma supres-

ponentes do “movimento comunista internacional”, somente o PC cubano alia sua oposição à glasnost a uma condenação do recurso excessivo aos mecanismos de mercado. Esta oposição nos é simpática, apesar de sabermos que a solução proposta em contrapartida — o recurso ao trabalho voluntário — é insuficiente e, a longo prazo, irrealista.

Além disso, devemos apoiar sem reservas as críticas da direção cubana às

Deformar o passado?

A acusação de "deformar o passado" constitui uma alusão transparente à denúncia sistemática dos crimes de Stalin. Fidel Castro fala, a este respeito, dos "erros cometidos pelo PC no poder". O assassinato de um milhão de comunistas e em especial de 90% dos comandantes do Exército Vermelho foi um simples erro? Por razões de oportunismo político, seria correto continuar a ocultar a amplitude dos crimes de Stalin?

A acusação de que *As notícias de Moscou* enaltecem métodos capitalistas no domínio econômico é deslocada. Pode-se dizer que este semanário publica alguns artigos favoráveis a certos mecanismos capitalistas, como publica outros artigos que questionam a legitimidade da revolução de Outubro. Mas não lemos nenhum que propõe a restauração do capitalismo.

Entretanto, ao lado destes artigos, pode-se encontrar outros que afirmam exatamente o contrário. A verdade é que a direção cubana interdita um órgão de debate e de discussão e não um órgão pró-capitalista.

Afirmar que *As notícias de Moscou* defendem a "democracia burguesa" é igualmente falso. Já dissemos: lutar pela liberdade de expressão, pelo pluralismo político e ideológico, pelo livre debate das idéias não tem nada a ver com um combate pela "democracia burguesa".

A tese inversa pressupõe a onisciência e a infalibilidade da direção. Isto parece evidente em uma fórmula utilizada por *Granma* de 9 de julho de 1989, comentando a execução de Ochoa: "Quando o partido fala, nenhuma só palavra, nem uma só vírgula se distancia da verdade."

Partido infalível?

O problema é que no curso dos anos setenta este partido proclamou o valor

dos "mecanismos mercantis"; hoje ele os condena como "métodos capitalistas". Ainda recentemente, o Partido condenou como "calúnia imperialista" toda crítica contra o ministério do Interior; hoje, ele denuncia estrondosamente os abusos deste ministério.

Recentemente, um editorial do jornal *Granma* de 10 de setembro de 1989 chega ao ponto de afirmar a existência de uma casta burocrática em Cuba. Não faz muito tempo, os militantes comunistas cubanos que exprimiram uma crítica bem mais moderada em documentos não públicos foram aprisionados.



A correção destes erros não teria sido mais fácil se se tivessem deixado serem expressas livremente as críticas e se as opiniões tivessem sido debatidas com liberdade?

Livre debate

Em seu discurso de 26 de julho de 1989, Fidel Castro afirma que "o socialismo é uma ciência para ganhar o

povo para esta grande causa". Mas a ciência não é jamais alcançada de uma vez por todas. Ela está sempre aberta a novos problemas. Para avançar, ela necessita da experimentação prática, a confrontação de interpretações diferentes de uma realidade sempre em mudança.

Como disse Engels, em uma carta enviada à direção da social-democracia alemã: a ciência não pode se desenvolver senão através do livre debate. É por causa disso que ele condenou severamente a tentativa desta direção introduzir a censura e a supressão de textos em suas próprias publicações. O que

único meio eficaz de combater as falsas idéias.

Isto reflete uma perda de confiança na superioridade do pensamento e da propaganda revolucionárias, com relação ao pensamento e à propaganda burguesas. Reflete uma perda de confiança na capacidade das massas e da juventude de separar o verdadeiro do falso, a justiça da injustiça, os interesses próprios dos daqueles que são exploradores e opressores.

No curso dos anos sessenta, quando da luta contra a fração de Anibal Escalante, as posições antistalinistas e anti-burocráticas de Fidel Castro atingiram o paroxismo. Ele pronunciou, então, um discurso com um título impressionante: "A revolução deve ser uma escola de pensamento sem entraves."

Tese substitucionista

Esta não é uma posição "normativa" nem "utópica", mas eminentemente prática, que corresponde aos interesses da defesa da revolução e permite uma maior eficácia na construção do socialismo. Mas hoje os entraves à liberdade de pensamento multiplicam-se em Cuba. Procura-se até justificá-las teoricamente. O abandono da tese correta de antigamente, em favor de uma tese substitucionista, representa uma regressão ideológica grave — a longo prazo suicida — para a direção do PC cubano.

Castro parece agora colocar o perigo da degeneração burocrática do Estado cubano no centro de suas preocupações. Mas ele recusa a glasnost, a democratização pluralista, o controle institucionalizado das massas em todos os níveis. Para eliminar este perigo, não há senão o recurso à luta burocrática (administrativa, repressiva) contra a burocracia, com intervenções pontuais e teleguiadas das massas. É correr para um fracasso certo, como ocorreu na URSS e na República Popular da China.

Realizar o potencial do socialismo

Historiadores, filósofos e economistas fazem um balanço do stalinismo.



L. Gordon: Meditemos sobre o fato seguinte: embora fosse grande a autoridade de Lenin no partido dos comunistas da Rússia, seus oponentes tinham sempre o direito de falar e criticar. Quanto a Stalin, ele foi deificado e ninguém teve jamais a idéia de colocar em dúvida, mesmo que levemente, o julgamento do chefe (...) Stalin defendia idéias que pareciam "inteiramente marxistas" — marxistas a pessoas politicamente bitoladas, com frequência pouco letradas —, enquanto que na realidade elas estavam em contradição flagrante com as concepções de Marx e Lenin, com a essência mesmo do socialismo (...) **Y. Markhachov:** Não seria justo minimizar todas as reali-

zações do povo soviético durante o período stalinista. Mas a questão se coloca de outra forma: todas estas conquistas foram conseguidas graças a Stalin? Creio, na minha avaliação, que estas conquistas foram conseguidas apesar dele.

E. Plimak: Stalin deformou o socialismo no sentido de um socialismo brutal, de caserna.

L. Pantine: Com efeito, o stalinismo consistiu em erigir a situação de exceção em norma, em "ideal" mesmo. Se não havia condições excepcionais, era preciso criá-las ou inventá-las.

G. Vodolazov: Em que a visão de Lenin sobre o socialismo se distinguiu da visão de Stalin? Creio que a essência reside —

se se fala da natureza do socialismo e, portanto, da revolução socialista — no caráter da ligação entre "homem e economia", entre "homem e riqueza material", entre "homem e meios". Em uma concepção, o progresso se realizava sob o lema: a riqueza material é o fim, o homem é o meio. O socialismo, ao contrário, coloca o homem, seu desenvolvimento, no centro de tudo. A economia, a riqueza material são o meio de desenvolvimento do indivíduo. Esta idéia é formulada no "Manifesto do Partido Comunista", de Marx e Engels. O ideal do marxismo é o desenvolvimento da individualidade, é o desenvolvimento universal, harmônico do indivíduo.

O stalinismo substituiu o ideal socialista pela situação de exceção. Na idéia de Lenin, era necessário superar a situação de exceção (quando o homem se torna um meio) à medida que a economia ia se desenvolvendo, avançando para relações autenticamente socialistas. O stalinismo via no homem um meio e isso, "segundo Stalin", era o socialismo autêntico que ele proclamou em 1936. Das todas as outras conseqüências do stalinismo.

Mesa-redonda organizada por "Ogoniok" e "Rabotchi Klassi

Sovremenny Mir", em *Socialismo*: teoria e prática, n.º 2, fevereiro de 1989



Encruzilhada de destinos



O que está em jogo nas lutas em curso é o avanço para a revolução política antiburocrática ou a supressão parcial ou total das liberdades conquistadas no curso da glasnost.

A luta de fração entre a ala “reformista” e a ala “conservadora” dos PCs no poder é uma luta interburocrática. Mas esta luta interburocrática está imbricada a conflitos sociais que opõem, na maior parte destes países (Cuba e Nicarágua são dois casos à parte) quatro forças sociais principais:

— as cúpulas da burocracia (a nomenklatura) que desfrutam de enormes privilégios materiais e se apoiam em uma larga camada de burocratas médios e pequenos, menos privilegiados. Tanto os “gorbatchevistas” como os “antigorbatchevistas” têm os seus lugares na nomenklatura. Mas a maioria dos burocratas é antigorbatchevista e sobretudo antiglasnost. (Um bom estudo de Peter Reddaxay (*New York Review of Books* de 17 de agosto de 1989) confirma que a maioria dos burocratas são muito hostis à glasnost.

— as massas trabalhadoras, no fundamental assalariadas, mas comportando em alguns países como na China ou no Vietnã uma maioria de pequenos camponeses.

— as forças pequeno-burguesas e os primeiros núcleos da média burguesia, tanto no campo como nas cidades.

— as “novas classes médias” assalariadas, isto é, a intelligentsia que tem um peso real, sobretudo na URSS, na RDA e na Tchecoslováquia, mas também, em uma menor medida, nos outros Estados operários burocratizados e em Cuba.

Esta forma de abordar os conflitos em curso na URSS e nos outros Estados operários burocratizados privilegia, como se deve fazer em uma análise marxista, os interesses reais das forças sociais em presença em relação ao aspecto ideológico, ou mesmo declarado, das posições políticas. Isso não implica em absoluto uma subestimação do papel ideológico na luta política.

Ao codificar a política de avanço gradual neosocialdemocrata, que já era encontrada no PC há décadas; ao semear ilusões sobre a natureza potencialmente “pacífica” do imperialismo; ao deixar entrever a possibilidade de resolver as principais contradições de nossa época, não pela luta de classes mas pela colaboração de classes; ao enaltecer sem reservas o mercado, a “nova forma de pensar” de Gorbachev — e sobretudo da ala francamente antimarxista de seus conselheiros — joga água no moinho da socialdemocracia internacional ou mesmo da ofensiva neoliberal da burguesia internacional. Isso desorienta o movimento operário organizado.

Interesses sociais

É necessário distinguir os efeitos da ideologia (a “nova forma de pensar”)



das pressões e das medidas políticas concretas de Gorbachev que são francamente contra-revolucionárias diante das lutas em curso.

Mas o peso do fator ideológico no desenvolvimento real dos conflitos políticos nos Estados operários burocratizados continua subordinado à confrontação de interesses sociais reais. É ele que será decisivo no próximo período.

Supor que a burocracia caminhará em bloco para a restauração do capitalismo é supor que ela esteja pronta a se suicidar enquanto camada social cristalizada.

Os trabalhadores poloneses podem estar fascinados com a vitória política espetacular do Solidariedade diante da tentativa de Jaruzelski em suprimir a sua organização pelo golpe de Estado militar de fim de 1981. Mas qualquer que seja o empreendimento ideológico real (freqüentemente exagerado no exterior) da Igreja e do nacionalismo sobre os trabalhadores poloneses, eles agirão em massa pela defesa do seu ní-

vel de vida, de seu emprego e da assistência social (mesmo miserável) que conquistaram na medida em que qualquer governo, inclusive aquele dirigido pelo Solidariedade, atacarem seus direitos.

Dilema do Solidariedade

Mas um comportamento ambíguo é incompatível com a função que a nomenklatura e o Fundo Monetário Internacional (FMI) destinaram à coalizão Solidariedade — Partido Operário Unificado Polonês (POUP): fazer a classe operária aceitar uma política de austeridade para receber novos financiamentos imperialistas; assegurar a “ordem” e “estabilidade” a todo preço, como pré-condição ao pretenso “reordenadamente econômico”.

Jacek Kuron merece nosso respeito pelos anos que passou nas prisões na Polônia. Sem seus esforços tenazes, no início “moleculares”, a explosão operária de 1980 não teria sido produzida, ou pelo menos, não neste período. Mas o respeito que lhe devemos não pode ocultar o verdadeiro pesadelo que o espera. Se ele aceita beber até o fundo o cálice da “economia aberta para o mundo” (isto é, as regras do jogo do capitalismo internacional), no lugar de ser ministro do Trabalho no governo Mazowiecki ele ameaça se tornar o ministro da polícia e da repressão antio-perária e antiplurária.

Uma avaliação realista das forças sociais em presença na URSS e nos outros Estados operários burocratizados, da correlação de forças na sociedade, da dinâmica das principais contradições socioeconômicas, leva a uma conclusão clara. O que está em jogo fundamentalmente nas lutas em curso não é a restauração do capitalismo. É o avanço para a revolução antiburocrática ou a supressão parcial ou total das liberdades democráticas conquistadas pelas massas no curso da glasnost.

A burguesia, pequena e média, não é senão uma minoria da sociedade em qualquer um dos Estados operários burocratizados. Ela atua, sem dúvida, em um contexto internacional que a favorece. Ela desfruta de um apoio, aliás bastante limitado, do grande capital internacional. Mas no conjunto esta convergência de interesses é insuficiente para poder impor, a curto ou médio prazo, qualquer restauração do capitalismo.

Não são quaisquer “capitalistas” soviéticos que se pressupõe poder “restaurar o capitalismo” na URSS. Esta ambição sinistra é atribuída a Gorbachev (e na Polônia e Hungria, a seus aliados locais). Alguns atribuíram este objetivo até a Deng Xiaoping, na China.

Na base desta interpretação da dinâmica social em curso na URSS encontra-se uma incompreensão da natureza

da burocracia enquanto camada (casta) social cristalizada, detentora de um enorme poder sobre toda a sociedade e gozando de enormes privilégios materiais.

No entanto, ela não é uma nova classe dominante. Ela não tem nem estabilidade, nem as bases, nem a capacidade de autoreprodução a longo prazo, que caracterizam as classes dominantes na história. Mas logo que o seu poder é ameaçado, ela dispõe ainda menos capacidade real de auto-defesa, a curto e a médio prazo.

Apenas uma minoria restrita de burocratas teria interesse (e seria capaz) de se transformar em verdadeiros empresários de grandes empresas industriais ou financeiras, realmente independentes do ponto de vista econômico, isto é, se transformar em proprietários privados capazes de transmitir este estatuto a seus filhos. Para a grande maioria dos burocratas, pequenos e médios, mas também dos membros da nomenklatura (que podemos estimar em cerca de 300 mil famílias na URSS), a restauração do capitalismo implicaria em uma perda de poder e de vantagens materiais.

Reiss e Boutenko

Supor que a burocracia caminhará neste sentido é supor que ela esteja pronta a se suicidar enquanto camada social cristalizada. Isto seria cometer um erro paralelo ao daqueles que pensam que, em uma situação de crise aguda, ela passaria de armas e bagagens para o campo do proletariado.

Trotsky havia previsto que em uma situação de crise grave, uma "ala Reiss" favorável à revolução política e uma "ala Boutenko" favorável à restauração do capitalismo se descolariam da burocracia bonapartista. Mas Trotsky não afirmou jamais que o conjunto da burocracia se dividiria em uma "ala Reiss" e uma "ala Boutenko".

Dois testes históricos decisivos produziram-se a este respeito na URSS. As duas crises mais graves que a ditadura burocrática conheceu foram as de 1927-1933 e a de 1941-1943. Nos dois casos, a maioria da burocracia e sua direção bonapartista não optaram nem pela solução proletária nem capitularam diante da burguesia. Ela se agarrou, pelos meios mais desesperados e com um custo terrível para as massas soviéticas, à defesa de seu próprio poder. Ela o fez duas vezes com sucesso.

Todos os que não compreenderam esta possibilidade — a começar pelos infelizes "capituladores" da Oposição de esquerda, em torno de Piatakov (membro da oposição de esquerda, que capitulou em 1928 a Stalin e foi executado em 1937) — pagaram este erro de julgamento com suas vidas, após ter cometido terríveis erros políticos.

Esta análise recém-recebeu uma confirmação notável na República Popular da China. Deng Xiaoping cumpriu o papel de aprendiz de feiticeiro estimulando a "liberalização" econômica muito mais longe do que o fez Gorbachev. Mas logo que uma grave crise econômica de "superaquecimento" resultou daí, com um início de desmantelamento da planificação, um déficit in-

controlável do orçamento do Estado e uma inflação galopante, sua resposta não foi "a restauração do capitalismo" mas uma vigorosa retomada pela burocracia do controle sobre a economia.

O poder de Estado

Historicamente, a muito longo prazo, a burocracia não tem futuro nem destino próprios. Mas para um período determinado, ela é capaz de defender sua posição bonapartista. Tal é o veredicto de sessenta anos de experiência histórica. Ela não desaparecerá da cena se não for derrubada pela ação política deliberada de uma outra força social real, seja a classe burguesa, seja a classe operária. Tendo em vista a correlação de forças existentes, ao menos na URSS, é muito mais provável que ela seja eliminada pela segunda do que pela primeira.

Mesmo na Polônia, onde há muita propaganda da "privatização" da nomenklatura, é necessário enxergar a realidade por detrás das frases. O *Frankfurter Allgemeine Zeitung*, de 11 de setembro de 1989, nota sobriamente que seria necessário 20 a 25 anos para reprivatizar a indústria que hoje é 95% de propriedade estatal. Quem pode comprar esta indústria senão o capital estrangeiro? E por que razão este compraria empresas geralmente subvencionadas, isto é, não rentáveis do ponto de vista capitalista?

Hoje, seja lá o que disserem os jornalistas impressionistas ou as pessoas que tomam os seus desejos pela realidade, na Polônia e na Hungria é a nomenklatura burocrática e não "as forças pró-burguesas" que controlam o aparelho de Estado. Ela é apoiada pelo Kremlin, certamente de forma mais discreta do que antes, mas de forma não menos real.

O marxista americano Paul Sweezy acreditava que à exceção de Cuba e da RDA caminha-se a longo prazo para uma restauração do mercado (*Monthly Review*, setembro de 1989). Passemos sobre o fato, que "a longo prazo" grande parte da situação vai mudar tanto na Europa do Leste como na Europa Ocidental, na URSS e no mundo. Passemos também sobre o fato de que o próprio Sweezy esquece-se ligeiramente que até ontem ele havia afirmado que uma nova classe dominante não-capitalista estava no poder em todos estes países. Eis uma "nova classe dirigente" que se suprime a si própria.

Mas o essencial está mais além. Nenhuma vez, Sweezy faz referência ao papel, à atividade, às reações, aos interesses da classe operária. Ela não é nem mesmo um peão no tabuleiro. Ela não existe: os 350 milhões de operários destes países são simplesmente apagados. Para nós, este teorema deve ser invertido. Nenhuma mudança de regime em não importa qual destes países será possível sem violentos conflitos sociais, nos quais a classe operária será a principal personagem. Ela defenderá seus interesses. Sem a sua grave derrota ao final destes conflitos, nenhuma restauração do capitalismo será possível. No momento, são estas lutas que devem ser preparadas, sem se considerar a derrota como inevitável, quando a batalha sequer foi travada.



Aposta no futuro



Os marxistas revolucionários devem conjugar a autonomia política frente à burocracia com o posicionamento prático em função de cada conflito e de suas implicações para a causa da emancipação dos trabalhadores.

De toda a análise anterior, resultam duas conclusões políticas: os marxistas revolucionários esforçam-se, em todas as circunstâncias, em defender os interesses de classes imediatos e históricos do proletariado. Eles não se identificam nem com a ala gorbacheviana nem com a ala conservadora da burocracia. Eles constituem uma tendência política autônoma, independente em relação a qualquer fração da burocracia. Eles procuram firmar suas posições no interior da classe operária e em seus aliados nos setores da inteligentsia e da juventude. Eles vêem na revolução política — "a revolução pela base" — o único

meio de resolver positivamente os problemas, quando das eleições para o Congresso dos Deputados do Povo na URSS; é suficiente estudar a amplitude, as formas de organizações, as reivindicações e as conseqüências das greves massivas, culminando na greve dos mineiros soviéticos, para se aperceber até que ponto as massas trabalhadoras utilizam-se da glasnost em seu benefício.

O desenvolvimento da atividade, da politização, e da auto-organização de camadas crescentes da classe operária é o resultado principal da glasnost.

Mais glasnost

As críticas que os marxistas revolu-



cionários fazem à glasnost incidem sobre o fato de que ela não vá mais longe; que a liberdade de associação e de manifestação não seja sem restrições, que o direito de greve seja regulamentado, isto é, limitado; que as eleições não sejam completamente livres.

Mas os avanços em relação ao passado são enormes e qualitativos. Toda restrição às liberdades democráticas conquistadas seria uma derrota bastante grave para a classe operária soviética

Mas esta posição de independência de classe, antiburocrática, intransigente não implica de forma alguma uma atitude de "neutralidade", isto é, de abstencionismo de fato, diante dos conflitos políticos e sociais concretos que se desenvolvem hoje na URSS e nos outros Estados operários.

Mas os avanços em relação ao passado são enormes e qualitativos. Toda restrição às liberdades democráticas conquistadas seria uma derrota bastante grave para a classe operária soviética

Os marxistas-revolucionários apóiam toda luta pelo direito das nacionalidades minoritárias na URSS a dispor de si próprias, em plena soberania.

Deste ponto de vista, as linhas de força seguintes decorrem quanto à atitude que as marxistas revolucionários devem adotar na luta de fração que dilacera o chamado "movimento comunista internacional":

1) Eles apóiam a fundo as medidas concretas da glasnost, isto é, toda ampliação das liberdades democráticas que possam ser desfrutadas pelas massas trabalhadoras. A idéia que a glasnost interessa apenas à inteligentsia e só beneficia a ela não passa de um mito absurdo.

É suficiente examinar a amplitude dos votos pelos candidatos de oposi-

e um golpe muito duro ao movimento operário internacional.

2) Todas as medidas da perestroika que são contrárias aos interesses da classe operária, que são rejeitadas por ela ou diante das quais ela é cética são combatidas pelos marxistas revolucionários.

Trata-se notadamente de todas as medidas que podem gerar redução do emprego ou fechamento de empresas, sem compensação que garanta o salário anterior e habitação; de toda medida de aceleração dos ritmos e de reorganização da produção sem controle operário (direito de veto operário), de



toda medida de aumento do custo dos produtos de primeira necessidade, não compensados por uma verdadeira escala móvel de salários sob controle operário; de toda supressão da gratuidade da saúde e da educação e, em geral, de toda redução do peso dos serviços sociais na vida dos trabalhadores.

3) Toda ampliação da desigualdade social, toda manutenção de privilégio da nomenklatura, toda ampliação dos ganhos da pequena média burguesia, além de um certo limite, devem ser denunciados.

4) Em contrapartida, na medida em que os próprios trabalhadores expressem a opinião que um recurso aos mecanismos mercantis do domínio dos serviços facilita a solução de problemas da vida cotidiana, os marxistas revolucionários aceitarão esta opinião. Cabe aos próprios trabalhadores, e não aos ideólogos, decidir questões que se relacionam com a vida material de dezenas de milhões de famílias.

5) Os marxistas revolucionários apoiam toda luta pelo direito das nacionalidades minoritárias da URSS a dispor de si próprias, em plena soberania. Eles combatem, ao mesmo tempo, o chauvinismo sob todas as formas. Rejeitam prioritariamente o chauvinismo grão-russo e as manifestações de chauvinismo que conduzem a pogroms, como o que se passou no Azerbadjão e no Ouzbekistão.

Acordos com o imperialismo

6) Os marxistas revolucionários se opõem a todos os acordos entre o Kremlin e o imperialismo para restringir a liberdade de ação dos movimentos de liberação nacional nos países coloniais e semicoloniais (especialmente na África austral e na Palestina) que são confrontados com a repressão sangrenta e a negação de seus direitos políticos elementares, entre os quais o da autodeterminação.

Eles denunciam a redução da ajuda aos movimentos revolucionários e, em especial, da ajuda econômica à Nicarágua e a Cuba.

7) Os marxistas revolucionários são favoráveis à retirada das tropas soviéticas do Afeganistão; às iniciativas da URSS em matéria de desarmamento, ao abandono da doutrina Brejnev de "soberania limitada" dos países da Europa do Leste, ao restabelecimento

de relações de Estados normais entre a URSS, a República Popular da China e a Coreia do Norte.

8) Os marxistas revolucionários defendem a validade das teses fundamentais do marxismo, a condenação intransigente do capitalismo e do imperialismo, a validade das perspectivas revolucionárias em nível mundial, a validade do projeto socialista. Eles defendem estes princípios contra as teses conciliadoras neosocialdemocratas e contra as teses conservadoras neostalinistas, que não são senão duas variantes da ideologia burocrática revisionista.

Tal atitude concreta diante dos principais problemas envolvidos na luta de frações no seio do pretense "movimento comunista internacional" se opõe a toda tese sobre uma pretensa "coerência de projeto único" atribuído seja a Gorbachev seja aos conservadores. A primeira destas teses implica negar a rejeição da glasnost porque ela seria indissociavelmente ligada à perestroika;



a outra implica um apoio crítico à perestroika e sobretudo à equipe de Gorbachev, com receio de que senão a glasnost seria condenada.

Passemos sobre o fato de que as diversas frações da burocracia não se distinguem por nenhuma "coerência" ideológica ou teórica. Ela age essencialmente de modo pragmático. A experiência chinesa já confirmou que, longe de se determinarem mutuamente,

Mas nenhuma derrubada do poder burocrático não é possível se, graças a um processo de democratização que vá se ampliando, as massas não adquirem a capacidade crescente de auto-organização e a experiência política necessária para realizar esta revolução.

Aliás, os próprios trabalhadores soviéticos compreendem isso. O presidente do comitê de greve de Kemerovo, no Kouzbass, afirmou: "A perestroika (seria melhor dizer a glasnost, EM) abalou o povo, sobretudo a juventude. No curso dos últimos anos, o desenvolvimento da consciência política do povo fez progressos particularmente rápidos". E David Seppo acrescenta: "Duas mudanças importantes se produziram nas relações entre os trabalhadores e os burocratas políticos e econômicos. De um lado, graças à experiência de uma série de greves parciais, os operários começaram a superar o medo da repressão. De outro lado, o fogo cerrado de críticas que as autoridades centrais dirigiram à administração eco-

nômica tiveram por efeito encorajar os protestos por parte dos trabalhadores."

Concretamente, isto quer dizer que quando das lutas dos trabalhadores pela defesa dos seus interesses materiais imediatos, é necessário estar disposto a apoiá-los, sem consideração com o enfraquecimento da ala gorbacheviana que eles podem provocar. Toda atitude diferente seria oportunista e contrapro-

As diversas frações da burocracia não se distinguem por nenhuma "coerência" ideológica ou teórica. Elas agem essencialmente de modo pragmático.

"liberalização" econômica e democratização política se contradizem ao final, à medida que a "liberalização" econômica acentua as contradições sociais, conduz a enfrentamentos explosivos e reforça a tendência da burocracia a responder a ela através da repressão.

Derrubar a burocracia

Nenhum "giro" fundamental da política econômica na URSS, no sentido de uma verdadeira planificação democrática, de uma verdadeira autodeterminação das massas trabalhadoras, é possível sem a derrubada do poder da burocracia.



única com a socialdemocracia contra o fascismo na Alemanha).

O debate no Soviete supremo em torno das restrições ao direito de greve, em setembro de 1989, permitiu clarificar as opções ainda mais cedo do que havíamos previsto. Havia claramente três posições.

Os conservadores se opuseram ao direito de greve, e, sobretudo, à prática de greves. Eles não ocultam esta posição. Os "radicais" foram a favor de um direito de greve sem limites e de uma prática de greves sem repressão. Os gorbachevistas oscilavam entre as duas posições, mas manifestaram uma posição aproximada, de maneira moderada, à primeira.

Gorbachev havia introduzido uma proposição de decreto interditando as greves durante dezoito meses e regulamentando severamente o exercício do direito de greve pela arbitragem obrigatória.

A revolução política

Produziu-se algo que não se via na URSS desde 1919. Sob a pressão do movimento dos trabalhadores e da repercussão deste movimento no seio do Parlamento, a maioria dos membros do Soviete Supremo rejeitou a proposição de Gorbachev, isto é, do governo e do Burô Político do Comitê Central do PCUS. Esta rejeição obrigou Gorbachev a firmar um compromisso, é certo inaceitável para os defensores intransigentes dos interesses dos trabalhadores, mas bastante distante de sua proposição inicial de interdição de toda greve durante dezoito meses.

Na URSS, houve milhões de grevistas em 1988; e dois milhões no primeiro semestre de 1989. Haverá ainda milhões nos meses e anos que virão. Tudo isto era inconcebível sob Stalin, sob Kroutchev, sob Brejnev, sob Andropov. Isto representa um enorme passo adiante, que é preciso defender com unhas e dentes.

Não há progresso durável possível no caminho do socialismo, na URSS e no mundo, sem que este movimento ganhe amplitude, sem que a auto-atividade e a auto-organização dos trabalhadores soviéticos, chineses, da Europa do Leste se desenvolva até se tornar uma verdadeira "revolução pela base", uma verdadeira revolução política. A democratização política é um formidável incentivo nesta direção.



IMPRESSO

Lula: Para nós, o que aconteceu no Brasil em 1989 é muito significativo, porque pela primeira vez em 489 anos um trabalhador, saído de dentro de uma fábrica, pode disputar as eleições para Presidente da República com condições objetivas de ganhar as eleições.

Neste segundo turno entram os dois candidatos em igualdade de condições, onde as verdades virão à tona, onde serão cobrados os programas, onde o povo irá conhecer mais concretamente aquele que tem as melhores propostas para a maioria da sociedade, para resolver os problemas do nosso país.

Estou convencido que ganho essas eleições para Presidente da República. E vamos ganhar as eleições tentando elevar cada vez mais o nível dos debates, sem partir para ataques pessoais, porque essa campanha vai colocar em confronto as idéias daqueles que defendem o capital e daqueles que defendem o trabalho. E com isso entendemos que a opinião pública vai sair dessa campanha extremamente politizada.

Prefiro a estreiteza da Frente Brasil Popular a compactuar com pessoas que estiveram ligadas ao Regime Militar. Não queremos reeditar a Aliança Democrática, não queremos alianças com pessoas que não sejam honradas.

Queremos pessoas que possam andar de cabeça erguida nesse país.

— **Como será a campanha esse mês, o seu programa de trabalho, além das coligações?**

Lula: As coligações serão definidas pelos companheiros que compõem a Frente Brasil Popular. Vamos tentar compatibilizar grandes comícios em cidades e regiões importantes do país, vamos tentar melhorar o programa na televisão uma vez que temos o dobro do tempo, além de termos no programa o canal mais fácil para explicarmos a questão da reforma agrária, a questão da dívida externa, a política de distribuição de renda que queremos aplicar no país, para que o povo saiba o programa da Frente Brasil Popular. Vamos mais do que nunca contar com a militância que sempre esteve à frente nas campanhas.

— **Vai se desfazer essa imagem que se tem em torno do Lula, onde ele seria radical e que o PT é um partido que não está aberto para composições?**

Lula: O problema está em mudar a cabeça das pessoas que são conservadoras; por isso eu sou radical. Na visão delas. Essas pessoas têm que evoluir para entender que o que nós estamos querendo é o mínimo. Por exemplo, nos palanques, sempre me perguntam se a classe média tem medo de mim. E eu perguntava: o que é ser classe média? É ter uma boa casa, geladeira, televisão, ir à praia aos domingos? Ora, isso nós queremos para todo mundo. Nós temos que lutar para mostrar que nossas propostas não são radicais, são até moderadas diante do grau de miséria do povo brasileiro.

— **A democracia brasileira estaria preparada para as mudanças sociais propostas pelo programa da Frente Brasil Popular?**

Lula: Sem as mudanças sociais que nós

A hora da verdade

Os trechos principais da primeira entrevista de Lula concedida após a passagem para o segundo turno.

Pepe / Fóton



A máscara, os rostos: a verdade está nascendo nas ruas

estamos propondo não existe democracia, é ilusório pensar que vivemos numa democracia quando um cidadão ganha um salário mínimo e outro 500 salários mínimos, porque um pode tudo e outro não pode nada. Uma democracia pressupõe que as pessoas tenham os direitos elementares (boas escolas, boa saúde, bom salário, boa casa). São as nossas propostas no campo social que vão garantir interna e externamente que o Brasil seja um estado democrático. É por isso que digo que a democracia no Brasil não só suporta as mudanças que estamos propondo, como necessita delas para se manter.

— **Lula, as Centrais Sindicais e o próprio PT sempre defenderam que os salários fossem calculados de acordo**

com os índices do DIEESE. Isso será mantido em seu governo?

Lula: Isso é um objetivo a ser alcançado pela Frente Brasil Popular e não uma promessa. Eu não posso, ao chegar à presidência da República, me esquecer de 20 anos de movimento sindical, 20 anos de reivindicações.

Nós temos que ter como objetivo, em primeiro lugar, uma política de recuperar o poder aquisitivo da classe trabalhadora, de adotar o DIEESE como parâmetro para nossa política salarial, que nada mais é do que cumprir a Constituição. Em segundo lugar, mostrar aos empresários que a classe trabalhadora ganhando bem estará gerando melhores condições para o Brasil: o trabalha-

dor podendo ganhar mais poderá gerar mais empregos, vai gerar mais distribuição de renda.

O que pode se ter certeza é que não tomaremos nenhuma medida de arrocho salarial para tentar conter a inflação, partindo do pressuposto que salário não é inflacionário no Brasil.

— **No governo da Frente Brasil Popular como ficariam os militares? Eles teriam os mesmos poderes que tiveram até agora?**

Lula: Nós achamos que as Forças Armadas no Brasil devem estar a serviço da sociedade civil, e vamos trabalhar para isso, inclusive tentando mudar a Constituição. Vamos discutir a criação de um ministério da defesa e não três

ministros militares como nós temos hoje. Só em países onde houve ditadura militar é que as Forças Armadas são tratadas de forma privilegiada e nós entendemos que essa não é a maneira correta de vê-las.

— **Os empresários já estavam preocupados no primeiro turno. Há motivo para desespero por parte do empresário agora que você está no segundo turno?**

Lula: Eu disse em todo comício que os empresários interessados em investir no setor produtivo neste país, que quiserem gerar novos empregos, que quiserem gerar distribuição de renda serão respeitados em toda sua plenitude. O que não vamos permitir é que a especulação tome conta da produção, a fuga de capitais, a sonegação de impostos. Se os empresários agirem com a seriedade que é esperada deles, não há motivos para preocupação com o governo da Frente Brasil Popular. Nós não queremos é manter esse 'cassino' em que o Brasil se transformou, onde poucos empresários ganham muitos milhões, enquanto milhões de pessoas passam fome.

— **No primeiro turno muitos candidatos compararam o programa da Frente Brasil Popular com países do Leste Europeu. Com certeza agora também esses argumentos serão utilizados contra sua candidatura. Como você vai responder a essas críticas?**

Lula: Nós só compreendemos o Socialismo com democracia, e é por isso que fomos contra o massacre que ocorreu na China. Ao mesmo tempo que os alemães orientais em um ato de grandeza, derrubaram o muro de Berlim, que simbolizava o muro da vergonha deles, nós vamos derrubar o nosso muro: apresentado pela fome, pelo analfabetismo, pela miséria.

É fácil enaltecendo a greve dos mineiros soviéticos como faz a burguesia porque aqui os grevistas apanham, ou morrem, massacrados pelas forças armadas, ou seja, defendem a greve somente para os outros.

Eu acredito que qualquer regime que tenha os trabalhadores como maioria, será um regime democrático.